

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**27 a 31 de
JULHO
2018**

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

Cidades
Linhares

Justiça condena prefeitura a indenizar homem que caiu em bueiro ES

O homem deve ser indenizado em R\$ 1,2 mil após cair em um bueiro que se encontrava em precário estado de conservação

Publicado em 30/07/2018 às 21h16

Atualizado em 30/07/2018 às 21h16

Fonte: Com informação do TJES



Rúbia Mara
rrcosta@redgazeta.com.br



Um homem deve ser indenizado pela Prefeitura de Linhares em R\$ 1.250 após cair em um bueiro que se encontrava em precário estado de conservação. Além da indenização por danos materiais, a vítima deve receber R\$ 300 por danos morais.

De acordo com o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), o homem atravessava a rua quando pisou na tampa do bueiro e acabou prendendo a perna. Com a queda, o celular da vítima foi danificado.

O magistrado do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública de Linhares alegou que é de responsabilidade do município a conservação e a fiscalização das ruas, calçadas, bueiros e obras realizadas na cidade para garantir a segurança dos cidadãos.

Na decisão, o juiz explicou que pelas fotos e testemunhas apresentadas como prova, ficou claro a falta de manutenção do bueiro e os danos que foram causados no celular.

“Não resta dúvida que o caso retratado se trata de falta do serviço, caracterizada pela omissão da municipalidade na manutenção de seus bueiros”, concluiu o magistrado em sua decisão.

Juiz do ES autoriza paciente a comprar “pílula do câncer”

O paciente é portador do câncer maligno no esôfago (Neoplasia de Esôfago) em estágio terminal



30 de Julho de 2018 às 20:08
Atualizado 30/07/2018 20:00:52

O juiz da Vara Única de Presidente Kennedy expediu uma alvará judicial para que um paciente, portador do câncer maligno no esôfago (Neoplasia de Esôfago) em estágio terminal, possa adquirir a substância medicamentosa experimental fosfoetanolamina sintética, conhecida como "pílula do câncer".

Segundo a decisão, o requerente demonstrou, por meio de laudos e receituários médicos juntados aos autos, que os tratamentos já realizados, tais como cirurgias e quimioterapia, não estão sendo eficientes o bastante para o combate do câncer do qual é portador.



De acordo com os autos, o medicamento ainda não tem autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para ser comercializado no Brasil.

No entanto, segundo a decisão do magistrado, apesar da fosfoetanolamina sintética ainda se encontrar em fase experimental, é fruto de mais de vinte anos de estudos, pesquisas e testes, “tendo apresentando melhoras significativa no quadro clínico dos pacientes submetidos ao seu uso, mostrando-se eficiente no controle da dor, na redução do tumor e na ausência ou reduzido efeito colateral”, destaca o juiz.

Ainda segundo o Magistrado que autorizou o requerente a adquirir a substância na quantidade, preço e tempo que se fizerem necessários, não há notícia de qualquer consequência que leve a uma piora no estado de saúde do paciente submetido ao tratamento do medicamento em questão.

Destaca, ainda, o juiz, que a não concessão do pedido pode causar danos irreparáveis ou de difícil reparação à saúde do requerente.

“Sendo assim, tenho, no meu modo de pensar, que não pode ser negado a quem quer que seja uma alternativa de sobrevivência, diante da ineficácia de todos os tratamentos já realizados, devendo alguns institutos e normas do direito serem relativizados com vistas à garantia de direitos fundamentais do cidadão, como o mais precioso dentre eles, o direito à vida”, destaca o juiz, determinado a expedição do alvará que autoriza a compra do medicamento.

Mulher tem corpo queimado durante almoço e será indenizada em mais de R\$ 18 mil por restaurante de Marataízes

O fogo queimou as roupas da cliente que foi atingida por líquido de um fogareiro

FV Redação Folha Vitória

30 de Julho de 2018 às 11:01
Atualizado 30/07/2018 11:01:55



Imagem ilustrativa | Foto: Reprodução/ TJES

Um restaurante de **Marataízes**, no sul do **Espírito Santo**, terá que indenizar uma cliente em R\$ 16 mil por danos morais e R\$ 2.881,75 mil por danos materiais, após o líquido de um fogareiro ser derramado nela enquanto almoçava no local.

Segundo a vítima, um dos garçons passava com a estrutura acesa quando ocorreu o acidente que imediatamente queimou as roupas que ela usava. A mulher teve queimaduras graves, de acordo com

Segundo o TJES, o estabelecimento não apresentou defesa, levando o Juiz da Vara Cível de Marataízes a presumir que a cliente contou a verdade sobre o ocorrido. A mulher comprovou os gastos materiais com os cuidados relacionados às queimaduras, e que segundo o juiz, se mostraram compatíveis com o relato apresentado pela vítima.

“É de se esperar que nos moldes desta fixação, a condenação possa ocasionar a adoção de medidas atenuantes por parte da requerida, a exemplo da promoção de adequado treinamento e orientação de seus prepostos, para que assim sejam evitadas ilegítimas e lesivas ingerências ao patrimônio moral dos tantos que se utilizam de seus serviços que, se conduzidos adequadamente e com a seriedade exigida, só benefícios ocasionarão”, concluiu o juiz.

indenizacao fogo fogareiro

Você está em: Início > Notícias

Notícias

27/07/2018 - 16:28

Direito Civil

Mulher que teve o corpo queimado durante almoço deve ser indenizada por restaurante

Fogo consumiu as roupas da cliente que foi atingida por líquido de um fogareiro.

Um restaurante de Marataízes deve indenizar em R\$ 16 mil por danos morais e em R\$ 2.881,75 por danos materiais, uma cliente que teve o líquido de um fogareiro derramado sobre si durante uma refeição no estabelecimento.

Segundo a autora da ação, um dos garçons passava com a estrutura acesa quando ocorreu o acidente que imediatamente consumiu suas vestes lhe causando queimaduras graves, constrangimento e pavor, até que conseguissem apagar o fogo.

Ainda de acordo com a requerente, os funcionários da ré não teriam oferecido qualquer ajuda e nada teriam feito para minorar os danos causados.

A ré, devidamente citada e intimada, não apresentou defesa, levado o Juiz da Vara Cível de Marataízes a presumir como verdadeiros os fatos narrados pela requerente, que comprovou os gastos materiais com os cuidados relacionados às queimaduras, e que segundo o magistrado, se mostraram compatíveis com o relato apresentado pela autora da ação.

"É de se esperar que nos moldes desta fixação, a condenação possa ocasionar a adoção de medidas atenuantes por parte da requerida, a exemplo da promoção de adequado treinamento e orientação de seus prepostos, para que assim sejam evitadas ilegítimas e lesivas ingerências ao patrimônio moral dos tantos que se utilizam de seus serviços que, se conduzidos adequadamente e com a seriedade exigida, só benefícios ocasionarão" concluiu o juiz em sua decisão.

FONTE: TJ-ES

Marataízes: Mulher que teve o corpo queimado durante almoço em restaurante será indenizada em R\$ 16 mil

27 de julho de 2018



A justiça condenou o proprietário de um restaurante localizado na cidade de Marataízes, a indenizar em R\$ 16 mil por danos morais e em R\$ 2.881,75 por danos materiais, uma cliente que sofreu queimaduras quando almoçava.

Segundo a autora da ação, um dos garçons passava com uma chama, de um fogareiro usado para manter a comida quente, quando ocorreu o acidente. O líquido usado para acender a chama caiu na roupa da mulher, e provocou queimaduras graves em sua pele.

A vítima relatou ao juiz, que os funcionários do estabelecimento não teriam oferecido qualquer ajuda, e nada teriam feito para minimizar os danos.

O dono do restaurante não apresentou defesa. Na sentença o magistrado da Vara Cível de Marataízes afirmou que a condenação teve como propósito, além de reparar os danos à vítima, fazer com que o dono do local, adote medidas para que o incidente não volte a ocorrer.

Com informações do Tribunal de Justiça do ES

SÍNDROME DO PÂNICO

Grand Parc: técnica de enfermagem ganha R\$ 10 mil de indenização

Prestadora de serviço alega ter desenvolvido traumas psicológicos após o desabamento

RAFAEL BARROS
rbarros@redgazeta.com.br

A técnica de enfermagem Adriana Gonçalves Rocha deve ser indenizada em R\$ 10 mil pelas construtoras Cyrela e Incortel e a empresa Vix One Empreendimentos Imobiliários por conta de problemas psicológicos desenvolvidos após a queda da área de lazer do condomínio Grand Parc, na Enseada do Suá, em Vitória. A mulher teve síndrome do pânico e acabou voltando a fumar após o trauma. O desabamento aconteceu em 2016 e deixou uma pessoa morta e quatro feridas.

Na noite da queda da área de lazer, Adriana tomava conta de uma criança recém-nascida. Ao ouvir os barulhos, ela olhou



Adriana passou a tomar medicação controlada após o desabamento, em 2016

pela janela e percebeu o desabamento. A técnica de enfermagem só conseguiu deixar o local, junto com a família para a qual trabalhava, depois de cerca de 30 minutos.

“Estava todo mundo

desesperado. Alguns gritando ‘nós vamos morrer’ nas escadas. Quando chegamos à portaria, não tinha mais saída. Tudo desabado. Subimos novamente para tentar achar uma saída. Então, nós pas-

samos por cima dos escombros, descemos outra parte e subimos mais um trecho de escombros até ter acesso à rua.”

Passados dois anos, o medo ainda está presente na vida da técnica de en-

TRAUMAS

“Dor de cabeça, falta de sono e muito medo. Isso é o que mais me incomodava. Também sentia tremores e ainda taquicardia”

ADRIANA ROCHA
TÉC. DE ENFERMAGEM

fermagem. Há seis meses, ela toma medicamento para controlar a síndrome pânico. Adriana diz que até hoje teme quando precisa trabalhar em prédios e elenca alguns sintomas que passou a sofrer após o desabamento. “Dor de cabeça, falta de sono, medo, muito medo. Isso é o que mais me incomodava.”

O advogado da vítima, Luiz Gustavo Tardin, explica como o juiz do caso

tomou a decisão de condenar as construtoras Cyrela e Incortel a indenizar Adriana em R\$ 10 mil.

“Ele considerou a Adriana uma consumidora. Embora ela não fosse proprietária, todas as pessoas envolvidas em um acidente de consumo são consideradas consumidoras por equiparação.”

Apesar da vítima ter vencido a ação, o advogado já adiantou que a defesa vai apresentar recurso porque considera o valor baixo para o dano sofrido. No recurso, o pedido será de 40 salários mínimos - quase R\$ 38 mil.

Todas as empresas condenadas foram procuradas. O escritório de advocacia que representa a Cyrela e a Vix One Empreendimentos Imobiliários informou que as empresas ainda não foram intimadas. Já a defesa da Incortel não atendeu às ligações.

Caem as novas regras de planos de saúde

Com o recuo da ANS, empresas não poderão cobrar franquia e nem coparticipação de até 40% do valor das consultas

BRASÍLIA

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) decidiu revogar as novas regras de cobrança de coparticipação e franquia nos planos de saúde. Com a decisão, continuam valendo as regras atuais, que não estabeleciam limite de cobrança de coparticipação e franquia.

A revogação foi proposta pelo diretor da ANS, Rodrigo Aguiar, durante reunião realizada ontem por integrantes da agência. Após a reunião, a ANS divulgou uma nota à imprensa informando que "irá reabrir a discussão sobre coparticipação e franquia".

As normas que foram suspensas integram a Resolução Normativa nº 433, editada em 27 de junho, que entraria em vigor em dezembro.

A resolução permitia que as operadoras cobrassem dos clientes de planos uma coparticipação de até 40% do valor das consultas e outros procedimentos.

Ao ler sua proposta de suspensão, Aguiar frisou que o objetivo da norma era ampliar os mecanismos de "proteção" ao consumidor, mas emendou que "a ANS deve reconhecer" que, ao ser publicada, a nova norma "causou grande apreensão à sociedade, que não a recebeu da forma positiva como se esperava. É de fato uma medida salutar que a gente dê um passo atrás para dar passos à frente", disse.

Os diretores discutiram ainda a possibilidade de serem feitas consultas populares para a elaboração



MINISTRA Carmen Lúcia havia decidido pela suspensão das novas regras

de novas normas sobre o assunto. A ANS informou que irá promover uma nova audiência pública para discutir o tema, mas ainda não há data definida.

Desde o dia 16 deste mês, as novas regras já estavam suspensas provisoriamente, após decisão da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Carmen Lúcia.

A suspensão atendeu pedido da Ordem dos Advogados do Brasil

(OAB), que alegou que o pagamento de até 40% do valor de consultas e exames seria um reajuste "abusivo" em relação à média atual de 30% cobrada pelos planos de saúde.

Após a decisão da ANS, ontem, o presidente nacional da OAB, Claudio Lamachia, comemorou a suspensão em nota divulgada pela entidade. "É uma vitória da sociedade, que demonstrou sua inconformidade com a postura da ANS", afirmou.

AGÊNCIA ESTADO - 25/10/2016

SANTA TERESA

Gêmeos encontrados em caixote voltam para casa

Desde a última semana, os irmãos de 3 anos foram reintegrados à família em Santa Teresa

Os irmãos gêmeos de 3 anos, que foram encontrados presos em um caixote na casa dos pais, na zona rural de Santa Teresa, Região Serrana do Estado, foram reintegrados à família. A decisão judicial aconteceu na semana passada e, desde então, os meninos saíram de um abrigo da prefeitura e voltaram a morar com a família.

A informação foi confirmada pela gerente administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, Iraci Carlini. Segundo ela, a família se organizou, junto com uma comunidade próxima, e



POLÍCIA MILITAR/DIVULGAÇÃO

Os meninos eram mantidos trancados em um caixote

construiu uma cerca em volta da casa, para preservar a integridade física das crianças. Quando os gêmeos foram encontrados presos em um caixa de madeira com cadeado, no último dia 10, os pais justificaram que, em frente à residência da família, tem

uma estrada muito movimentada, onde passam muitos caminhões, e eles tinham medo que os filhos fossem até a rua.

“Agora a casa está cercada. Eles sentiam falta dos pais, tivemos um final feliz”, explicou Iraci. (Loreta Fagionato)

Gêmeos voltam a morar com os pais

SANTA TERESA

Os irmãos gêmeos de 3 anos que foram encontrados tranca-dos com cadeado dentro de um caixote de madeira, no distrito de Aparecidinha, zona rural de Santa Teresa, na região Serrana, voltaram para a casa dos pais.

Eles estavam em um abrigo municipal desde quando foram resgatados pela equipe do Conselho Tutelar do município.

De acordo com a gerente administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, Iraci Carlini, as crianças retornaram na semana passada.

“Os pais não perderam a guarda das crianças. O que houve foi uma separação temporária, para averiguar a situação. Existe um vínculo muito forte na família. Tanto os gêmeos como os pais estão muito felizes”, disse Iraci.



MENINOS estavam em um caixote

Ela acrescentou que os pais, junto com a comunidade local, construíram uma cerca ao redor da residência onde vivem para garantir a segurança das crianças.

Reportagem Especial



LEONARDO BRALHOVAT

OPINIÕES



“Com o celular infectado, um hacker tem acesso a arquivos e informações do aparelho”

Emilio Simoni, diretor do laboratório da Psafe



“Esse golpe ataca a parte mais fraca do sistema, que é o usuário, possibilitando o roubo de dados pessoais”

João Paulo Chamon, mestre em Informática



“Ao instalar um aplicativo que não conhece, está entregando todas as informações para um criminoso”

Marcello Novaes, doutorando em Ciências da Computação pela Ufes

UM NOVO GOLPE começou a circular pelo WhatsApp na última semana atingindo de imediato mais de dois mil usuários no Espírito Santo

CRIME VIRTUAL

Golpe da internet de graça faz trinta vítimas por hora

Levantamento revela o número de vítimas dos golpistas que usam o WhatsApp com ofertas atrativas para enganar as pessoas no Estado

Eliane Proscholdt
Francine Spinassé

A promessa é atrativa e tentadora: internet de graça ao alcance de alguns clicks. Mas, o que parece ser uma vantagem, na verdade é um novo golpe pelo WhatsApp, que faz 30 vítimas por hora no Estado.

O levantamento, do laboratório especializado em cibersegurança

da PSafe (dfndr lab), apontou que, no País, foram 45 acessos por minuto a esse novo golpe desde a última semana, quando ele começou a circular.

Ele chega por meio de um anúncio no aplicativo de mensagens, que oferece até 20 GB de internet gratuita por até 60 dias para usuários de qualquer operadora de telefonia móvel no Brasil.

Ao clicar no link, a pessoa é direcionada para uma página falsa, que apresenta um número fictício de quantidade de pacotes gratuitos disponíveis para a escolha.

O site faz perguntas como: “Quantos dias de internet gratuita você deseja ativar?” e “Quantos GB você gostaria de receber de sua operadora?”.

Ao finalizar o questionário, o

usuário é informado de que precisa compartilhar o conteúdo com vários amigos no WhatsApp.

O diretor do laboratório, Emilio Simoni, alertou que foi identificado que, no caso da pessoa estar navegando em rede 3G ou 4G, ela é direcionada a algum serviço pago por SMS, como horóscopo ou dicas de jogos. Nesse caso, vai tendo prejuízo financeiro.

“Se o usuário está ligado em rede wi-fi, ele é direcionado para um sistema que tenta baixar um aplicativo malicioso. Se a pessoa aceitar e instalar, infecta o celular dela. Com isso, um hacker tem acesso a arquivos e informações do dispositivo.”

O doutorando em Ciência da Computação pela Ufes Marcello

Novaes afirmou que esse tipo de estratégia para atrair usuários é antiga, mas feita antes por e-mail.

“Com o golpe aplicado pelo WhatsApp, ele ganha uma velocidade maior de propagação. Pela facilidade que as pessoas têm de interagir com o aplicativo, acabam nem sempre prestando atenção no que estão compartilhando.”

O mestre em Informática João Paulo Chamon enfatizou que é preciso desconfiar de vantagens muito boas.

“É o mesmo que cair no velho golpe do bilhete premiado. Empresa nenhuma dá nada de graça e, infelizmente, muitas pessoas repassam mensagens sem checar a veracidade.”

COMO FUNCIONA O GOLPE

Golpe

Um novo golpe, que começou a circular na última semana pelo WhatsApp, atingiu mais de 2 mil usuários nos últimos dias, somente no Estado. Para atrair as pessoas, ele promete internet de graça.

1 Anúncio

AO CLICAR NO LINK NO ANÚNCIO, o usuário é direcionado para uma página na qual é informado que foi selecionado para ganhar até 20GB de internet e apresenta, ainda, um número fictício de quantidade de pacotes gratuitos disponíveis para habilitação.



2. Quantos GB você gostaria de receber de sua operadora?

- 10GB
- 15GB
- 20GB

2 Perguntas

NESSA PÁGINA, o usuário é orientado a responder três perguntas: “Quantos dias de internet gratuita você deseja ativar?”; “Quantos GB você gostaria de receber de sua operadora?”; “Qual rede você gostaria de ativar?”.

Você ganhou 20 GB de internet totalmente grátis!

COMO ATIVAR SEU PACOTE DE INTERNET:

1. Clique no botão “COMPARTILHAR” e envie essa promoção para todos seus amigos e grupos no WhatsApp.
2. Após compartilhar, você terá redirecionado para finalizar o processo de ativação de sua internet.
3. Você receberá uma confirmação via SMS dentro de 2/5 minutos.

COMPARTILHAR

3 Compartilhamento

APÓS RESPONDER à última pergunta, a pessoa é informada que, para ativar o pacote gratuito de até 20GB de internet, ela deverá compartilhar com três amigos e grupos de WhatsApp.

4 Download

APÓS O COMPARTILHAMENTO, a suposta oferta de internet estaria disponível em até cinco minutos. Porém, surge a página de alerta no celular orientando o download de aplicativos maliciosos.

PARA USUÁRIOS que usam a rede 3G ou 4G, também é possível ser direcionado para serviços de SMS pagos, como horóscopo.

Perigos

ESPECIALISTAS alertam que, ao baixar aplicativos maliciosos, as informações do smartphone, como fotos e até senhas, possam ser acessadas por cibercriminosos.

Reportagem Especial

CRIME VIRTUAL

Delegado diz como se proteger dos ataques

Os benefícios da era tecnológica são indiscutíveis, mas antes de se conectar é preciso tomar alguns cuidados para evitar surpresas desagradáveis.

O titular da Delegacia Especializada em Repressão aos Crimes Cibernéticos (DRCC), delegado Brenno Andrade de Souza Silva, fez alertas sobre os acessos e deu algumas dicas sobre como se proteger de ataques na internet.

Ele explicou que os cibercriminosos usam várias estratégias para aplicar golpes e extorquir suas vítimas, utilizando até mesmo desafios que, em um primeiro momento, parecem inocentes.

Os criminosos, segundo o delegado, fazem uso de engenharia social, técnica bem conhecida em golpes disseminados pelo WhatsApp, pois é assim que a campanha maliciosa se dissemina de forma rápida e abrangente.

"A própria pessoa permite que o criminoso acesse o seu aparelho eletrônico, seja celular, dispositivo ou computador. Por exemplo, ela baixa um arquivo, entra em um site malicioso, usa aplicativos duvidosos."

Descoberto recentemente, a febre do momento, como descreveu o

delegado, é o fenômeno Momo, que traz a figura de uma personagem de olhos esbugalhados. Sua imagem ficou famosa no WhatsApp e foi disseminada como um desafio viral parecido ao jogo da Baleia Azul (que fez vítimas no Estado.)

"Momo é o nome dado a um suposto usuário de WhatsApp que funciona como uma espécie de corrente e faz com que crianças e adolescentes salvem em suas agendas de contatos do celular um número do Japão com DD181. Desta forma, eles poderiam conversar com esse suposto personagem."

Usando técnicas, os cibercriminosos manipulam as suas vítimas com o objetivo de obter informações confidenciais ou convencê-las a executar ações que comprometam seu sistema. Até agora não há registros na DRCC.

Assim como esse exemplo, Brenno Andrade disse que os criminosos se aproveitam de assuntos do momento para atacar.

"No ano passado, eles criaram um link relacionado ao pagamento do PIS/Pasep e muitas pessoas clicaram e foram vítimas desse link malicioso e tiveram dados obtidos pelos criminosos."

O delegado alertou ainda que muitas pessoas só descobrem que foram alvo dessas bandidos depois que tiveram algum prejuízo, como clonagem de cartões ou desvio de dinheiro da conta bancária.



DELEGADO BRENNO Andrade de Souza Silva: "A própria pessoa permite que o criminoso acesse o seu aparelho eletrônico"

ALGUNS CUIDADOS

1 Atenção para links desconhecidos

> CUIDADO COM OS LINKS e aplicativos desconhecidos, pois um simples acesso a um endereço eletrônico pode trazer prejuízos incalculáveis.

> ISSO PORQUE uma das formas dos softwares maliciosos terem acesso às máquinas é por meio de links compartilhados em redes sociais, assim como por e-mails não confiáveis e downloads.

2 Desconfie sempre

> NÃO EXISTE nada de graça. Portanto, desconfie sempre de promessas "incríveis", promoções com muitas vantagens.

> NÃO SE ILUDA COM CONCURSOS nas redes sociais ou com sorteios de vários produtos de tecnologia, como tablets e smartphones. Saiba que para participar dessas promoções é preciso que a pessoa preencha um cadastro com dados pessoais para poder concorrer.

> ISSO É TUDO O QUE OS cibercriminosos querem, uma vez que é a partir daí que eles coletam informações que podem ser usadas em ataques de roubo de dados pessoais.

> SEMPRE QUE uma promoção te obriga a compartilhar o link com amigos antes de te apresentar a vantagem, é preciso desconfiar. Geralmente se trata de golpe.

3 Aplicativos

> EVITE BAIXAR aplicativos que não sejam das lojas oficiais. Verifique a pontuação deles e leia todas a página do aplicativo antes de baixar, incluindo as críticas. Também desconfie da falta de comentários.

> VERIFIQUE as permissões que a aplicação pede, se tem a ver com sua função. Por exemplo, há de se desconfiar se um editor de fotos que te pede permissão para acessar contatos e histórico da internet.

4 Cuidado com a rede wi-fi pública

> MUITOS ESTABELECIMENTOS, como bares, restaurantes, padarias e até mesmo praças e praias, oferecem wi-fi de graça.

> MAS O ACESSO gratuito à internet desses locais públicos pode ser muito arriscado se o usuário estiver acessando, principalmente, dados confidenciais de trabalho ou sites de banco. É mais seguro usar uma conexão do seu celular.

5 Faça atualizações sempre

> PODE SER UM POUCO demorado atualizar seu sistema operacional o tempo todo, mas essa é uma forma de garantir que seu computador receba os últimos pacotes de dados que as empresas oferecem — isso inclui os serviços de segurança do software.



CUIDADOS com uso de aplicativos



UMA DAS DICAS é evitar senhas repetidas e fáceis de serem descobertas, como datas de aniversário e números de telefones

6 Senha fortes

> EVITE SENHAS REPETIDAS e fáceis de serem descobertas, como datas de aniversário e números de telefones. Na hora de elaborar uma senha, prefira aquelas consideradas fortes.

> UMA SUGESTÃO é usar uma frase, incorporando elementos que dificultem a sua descoberta, mesclando números, letras minúsculas e maiúsculas. Por exemplo: "Comi3hamburgueres hoje" ou "Minhalasenha".

> E DEPOIS DE TER CRIADO uma senha forte com todos os tipos de caracteres que tem direito, o ideal é alterá-la para usar em diferentes sites.

7 Fuja de desafios virtuais

> OS PAIS DEVEM ficar atentos a desafios do momento, pois além de serem uma porta para golpes e extorsões (por exemplo exigir que sejam enviadas fotos íntimas), eles podem trazer transtornos físicos e psicológicos.

8 Utilize antivírus

> MANTENHA o software atualizado sempre. Não clique em links duvidosos, mesmo se forem de pessoas co-

nhecidas, pois os criminosos podem ter hackeado esses dados e usarem um e-mail para enviar link duvidoso.

> NÃO CLICAR EM ARQUIVOS com as extensões .exe, .vbs, .scr, uma vez que os criminosos usam essas extensões como disfarce, ou seja, simulam um vídeo, uma foto ou um documento para descobrir um processo desconhecido no computador.

> SE ISSO ACONTECER, é prudente desligar o dispositivo imediatamente. Isso previne que a infecção se espalhe.

9 Faça backups diários

> PARA SE BLINDAR de eventuais ataques, é fundamental fazer backups diários.

10 Cuidados com vídeos

> SITES COM VÍDEOS gratuitos de filmes e séries são conhecidos por espalhar malware (software mal intencionado ou malicioso), especialmente se eles supostamente possuem títulos que ainda estão no cinema.

ANÁLISE

Wanderson Castilho, especialista em crimes digitais e escritor



"Usuário não toma cuidado necessário"

"Os usuários da internet precisam ter em mente que, assim como no espaço físico, é preciso evitar certos lugares ou atitudes, para que tenham a proteção necessária. É importante que eles sempre tenham dúvidas sobre o que acessam na rede, já que os crimes cibernéticos, em sua maioria, são cometidos em pequena escala, como uma compra on-line, um clique em um link diferente ou fazendo contato com uma nova pessoa.

Infelizmente, por ainda ser um costume diferente para a nossa cultura, muitos usuários acabam não tomando o cuidado necessário para se proteger.

Com isso, acabam clicando em links duvidosos vindos de e-mails ou redes sociais, não mantêm seus computadores protegidos com um antivírus eficaz, utilizam senhas simples e não as trocam com frequência e usam computadores públicos que podem estar infectados com algum tipo de vírus.

Outros cuidados, como ao fazer compras on-line ou manter contato com pessoas que acabaram de conhecer na internet, também são importantes. No meu novo livro '100 fatos marcantes sobre o cibercrime' eu falo sobre essa fragilidade".

DETERMINAÇÃO DA JUSTIÇA**Perda ou roubo de celular: cliente não será cobrado**

/// A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) terá de alterar a regulamentação dos serviços de telefonia móvel para impedir cobranças de mensalidades a clientes que comunicarem perda, roubo ou furto do celular. A decisão é do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) e vale para todo o país.

A ação foi ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF), que havia instaurado um inquérito para investigar

possíveis irregularidades no atendimento das operadoras. A apuração constatou ineficiência dos canais de atendimento ao cliente, além da cobrança de multas por cancelamento e mensalidades, ainda que o consumidor estivesse impedido de usar o serviço. O MPF chegou a recomendar as alterações à Anatel e, diante da negativa, ingressou na Justiça Federal em Florianópolis, que acolheu a ação. A Anatel vai analisar a decisão.

NOVA PREVIDÊNCIA

SISTEMA DO INSS CONCEDE APOSENTADORIA ON-LINE

Ferramenta chega a liberar benefício de forma automática

MIKAELLA CAMPOS
mikaella.campos@redgazeta.com.br

O Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) é lembrado por seu passado de longas filas nas agências. Segurados dormiam em frente aos estabelecimentos para pedir aposentadoria, requerer auxílio-doença ou a licença-maternidade.

Ao longo dos anos, o órgão foi também se adaptando ao "mundo moderno" com vários serviços sendo agendados pelo trabalhador pelo telefone 135, deixando para trás aquela realidade de espera ao sereno. Mais tarde, a Previdência ganhou um novo canal, permitindo a marcação do atendimento também via internet.

Agora, o INSS passou por uma nova revolução ao viabilizar que benefícios sejam solicitados na web sem a necessidade do beneficiário ir até uma unidade do instituto.

Aposentadorias por ida-

de, por tempo de contribuição e salário-maternidade estão entre os pedidos que podem ser aceitos, inclusive, de forma automática. O trabalhador recebe uma resposta assim que faz o requerimento. Se houver alguma inconsistência, a pessoa é avisada para, aí sim, procurar ajuda presencial, levando os documentos, como Carteira de Trabalho e outros comprovantes de recolhimento da contribuição previdenciária.

As novas facilidades são oferecidas pelo aplicativo "Meu INSS". A ferramenta desde a semana passada passou a ser o principal espaço para acessar também informações como extrato previdenciário, histórico da aposentadoria, declaração do Imposto de Renda, relatório de um crédito consignado,



além de consulta a revisão de benefício e retirada de nada consta, por exemplo.

"Se não tiver nenhum recolhimento em atraso ou fora do prazo, a aposentadoria tanto por idade quanto por tempo de contribuição é rapidamente liberada. Quando a pessoa precisa entregar algum documento por conta de problema na solicitação, ela é orientada a agendar um atendimento pelo site ou pelo 135", explica a gerente-executiva do INSS em Vitória, Rose Tristão ao acrescentar ainda a possibilidade de o segurado também optar na internet pela forma de cálculo do benefício, por exemplo, a fórmula 85/95.

Segundo Rose, o site Meu INSS não exige do

trabalhador a apresentação de cópia de documentos para se cadastrar no sistema. "Ao se inscrever, a pessoa precisa seguir um passo a passo. O acesso inicial é o cadastramento de uma senha. Para dar segurança aos dados, algumas perguntas sobre a vida do segurado são feitas. Se ele errar mais de uma questão, pode ter que esperar 24 horas para tentar novamente. Outra opção é cadastrar a senha na agência do INSS."



MEU INSS

Como acessar o Meu INSS. A página está disponível no endereço eletrônico meu.inss.gov.br.

Como se cadastrar. Para fazer o cadastro no Meu INSS, é bom ter em mãos documentos e Carteira de Trabalho, pois são feitas perguntas sobre a vida profissional para conferir a identidade do usuário.

Cuidado. Se errar mais de uma pergunta, o segurado deverá aguardar 24 horas para tentar novamente ou ligar para o 135 e, em último caso, ir à agência do INSS.

O QUE O SEGURADO PODE FAZER PELO "MEU INSS"

BENEFÍCIOS

▼ Aposentadoria por idade

Se o segurado escolher essa opção, o sistema fará uma busca para ver se o benefício pode ser concedido de forma automática. Se não for possível, bastará acompanhar, com o número do protocolo de requerimento, o andamento do pedido pelo Meu INSS ou pelo telefone 135.

▼ Aposentadoria por tempo de contribuição

Também será feita uma busca nos sistemas do INSS para saber se pode ser concedido à distância. Se não for possível, o segurado será direcionado para o

agendamento do atendimento em uma agência do INSS.

▼ Simulação de tempo de contribuição

Também conhecida como "Calculadora do INSS", a ferramenta realiza uma busca automática de todas as informações e dados de vínculos do segurado registrados nos sistemas do INSS para calcular o tempo de contribuição, ou seja, quanto tempo falta para o segurado se aposentar. E caso falte algum que porventura não conste nos registros previdenciários, há a opção de incluir manualmente para fazer a simulação.

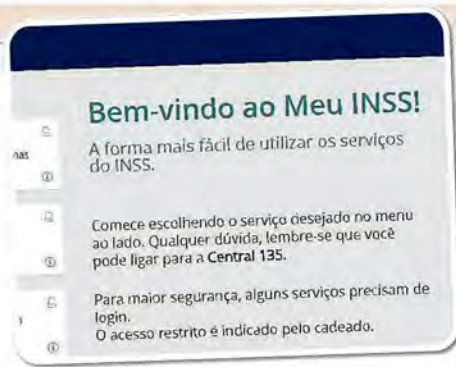
▼ Salário maternidade

Poderá ser feito pelas contribuintes individuais, autônomas e empreendedoras. Para pessoas que trabalham de carteira assinada, o benefício continua a ser solicitado pela empresa.

DOCUMENTOS

▼ Extrato previdenciário (CNIS)

É o histórico da vida contributiva. O documento, seja do trabalhador na ativa, seja de empregado, individual, de empresário, de doméstico e de aposentado, está disponível na página. Permite saber mês a mês as contribuições e se os recolhimentos



Página inicial do site Meu INSS

estão sendo feitos de forma correta. Dá para saber também quais os períodos que estão faltando para que possa garantir a comprovação futura ou se está perto ou não de se aposentar.

▼ Dados cadastrais

É possível conferir dados cadastrais e registro dos vínculos trabalhistas.

▼ Extrato de empréstimo consignado

Por meio desse extrato é

possível ao segurado conferir todo histórico de créditos consignados realizado com desconto no benefício previdenciário, além de outras informações como a margem da consignação atual, valores de parcela e prazo.

▼ Histórico de crédito de benefício

Esse histórico é usado para comprovar que a pessoa recebe benefício do INSS e mostra sua renda mensal. Vale para fins legais como abertura de conta em bancos, abertura de crediário, empréstimo consignado, gratuidade para idosos no transporte

Reportagem Especial

ATRAÍDOS PELO DINHEIRO

Jovens de classe média no crime

Busca por dinheiro fácil e adrenalina no mundo do crime são atrativos, segundo especialistas. Eles conciliam estudo em faculdade e o tráfico

Leone Oliveira

Atraídos pela falsa promessa de dinheiro fácil e acreditando na impunidade, por suas famílias terem recursos para pagarem advogados, jovens da classe média têm entrado para o mundo do crime. Em alguns casos, os bandidos conciliam estudos em faculdades particulares com a atividade criminosa.

Segundo o promotor de Justiça Sérgio Alves, a prática de crimes tem aumentado em todas as classes sociais e isso está relacionado ao desrespeito ao próximo.

Para justificar a análise, Alves ressaltou que há casos de médicos que foram presos por comprarem materiais reutilizados para realizarem procedimentos em pacientes e empresários envolvidos com atos de corrupção. "É ganância mesmo", frisou ele.

Na noite de 21 de julho deste ano, uma universitária, de 20 anos, morreu ao ser atingida por um tiro, durante um assalto a uma casa de carnes, em Jacaraípe, na Serra.

“O que mais agita essa juventude de classe média é a adrenalina do crime”

Alexandre Domingos, especialista em segurança pública e privada



PROMOTOR Sérgio Alves afirmou que pessoas de todas as classes sociais têm entrado para o mundo do crime

Segundo a polícia, ela dava cobertura ao assalto quando foi morta por um policial militar, que é marido da dona do comércio, e reagiu ao assalto.

Contudo, uma fonte ligada à Segurança Pública explicou que, geralmente, o envolvimento desses criminosos é pelo tráfico de drogas.

"Eles têm certa resistência a crimes de grave violência, em que se aponta arma contra alguém. Eles

falam que não são vagabundos, porque não roubam, mas criminoso é aquele que comete crime. O termo vem daí, e o tráfico é um crime. O preconceito faz com quem eles entendam que a pessoa está comprando a droga deles porque ela quer", disse.

Já o especialista em segurança pública e privada Alexandre Domingos afirmou que é o fato de serem usuários de drogas que leva

esses suspeitos a se aproximarem de traficantes e entrarem para o crime, movidos pela adrenalina.

"Ele pode ver que dá lucro e tem a certeza da impunidade, porque a lei é branda, a polícia não tem efetivo e a família dele tem dinheiro para pagar advogado. Essa pessoa se sente atraída pelo dinheiro, mas o que mais agita essa juventude de classe média é a adrenalina do crime", analisou o especialista.

Facções pagam faculdades de alunos em troca de serviços

O promotor de Justiça Sérgio Alves revelou que grandes organizações criminosas patrocinam a permanência de alguns estudantes em faculdades particulares.

"Objetivo dessas organizações é tornar comum o uso da droga em ambiente estudantil e também que essa pessoa, ao se formar, preste seus serviços para essa organização criminosa. Esse estudante estará atrelado a ela, de repente, envidado por conta das prestações da faculdade ou pelo gasto com a droga. Depois de formados, eles chegam a atender outras pessoas. Porém, prioritariamente, a atenção estará voltada para essas facções criminosas", explicou o promotor.

Geralmente, esses traficantes vendem drogas sintéticas nesses locais e nas festas de música eletrônica. "É pela facilidade de acondicionamento e locais para fazer o uso. A droga sintética é usada junto com a bebida, que aumenta o potencial", explicou Alves.

Uma fonte ligada à Segurança Pública destacou que os clientes são pessoas conhecidas do traficante. "O traficante de classe média vende para classe média. Ele cresceu naquele meio, com aquelas pessoas", explicou.

O especialista em segurança pública e privada Alexandre Domingos revelou que há casos em que o usuário se relaciona tanto com o traficante, que ele não o enxerga como bandido.

"Quando ele se envolve, não consegue enxergar o erro, o terror. Não vê que esse cara invade uma casa e mata uma família, por nada. Começa a vê-lo como um cara que está ali por acidente, mas são seres da pior espécie", disse.

“Objetivo dessas organizações é tornar comum o uso da droga em ambiente estudantil”

Sérgio Alves, promotor de Justiça

LEONARDO DUARTE - 29/07/2018



ALEXANDRE DOMINGOS: relação

INVESTIGADOS PELA POLÍCIA

DIVULGAÇÃO POLÍCIA



Aluna de Direito acusada de tráfico

A estudante do sétimo período do curso de Direito de uma faculdade particular de Vila Velha, Rebeca Vieira Fontes Scherra, de 20 anos, foi presa acusada de tráfico de drogas, em maio deste ano, junto com dois adolescentes.

Segundo a polícia, ela liderava os dois menores no tráfico e roubos. Os três foram detidos em uma casa no bairro Divino Espírito Santo, Vila Velha, após denúncias anônimas.

Rebeca tinha um relacionamento de três meses com o garoto mais velho e os dois, em conjunto com menor de 16, forneciam drogas naquela região.



Advogado preso em cobertura

O advogado criminalista Renan da Fonseca Monjardim, de 32 anos, foi preso na manhã do último dia 20, na cobertura onde morava no bairro Jardim Camburi, em Vitória.

Segundo a equipe do Departamento Especializado em Narcóticos (Denarc), Renan é suspeito de tráfico de drogas. No local, foram apreendidas porções de maconha, algumas drogas sintéticas, além de anabolizantes e seringas. A companheira dele, Jacyma Carvalho Rossi também foi presa.

DIVULGAÇÃO POLÍCIA CIVIL

Reportagem Especial

ATRAÍDOS PELO DINHEIRO

Número de presos com curso superior aumenta

O número de presos com curso superior no Estado cresceu 448%, nos últimos 11 anos. Os dados são do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), vinculado ao Ministério Extraordinário da Segurança Pública.

Segundo os levantamentos do Depen, em 2005, a quantidade de detentos nos presídios capixabas com ensino superior era de 45 internos. Desse total, 12 presos haviam concluído a faculdade e 32 estavam com o grau incompleto. Além disso, havia um preso com grau acima do curso superior.

Já em 2008, o número de detentos com curso superior passou para 70 presos, sendo 55 deles com o grau incompleto e 15 diplomados.

Nos últimos anos, esse número foi crescendo e, atualmente, há mais de 200 presos com curso superior no Estado.

De acordo com o último relatório, que possui dados de 2016, no Espírito Santo, 202 internos cursaram ou cursavam o ensino superior quando foram presos.

No total, 111 internos têm ensino superior incompleto, enquanto que 80 já têm o diploma e outros 11 têm ensino acima do curso superior (pós-graduação, mestrado ou outro curso).

Um empresário, de 55 anos, ficou preso por 10 anos por receptação e, antes de ser preso, ele havia cursado Direito, em uma faculdade da Grande Vitória, até interromper os estudos no sétimo período.

“Eu tinha uma importadora de carros e era uma pessoa muito bem de vida. Levei uma pernada de uma pessoa e tudo isso foi por água abaixo. Me ofereceram um caminhão com uma carga de pneus roubados que eu comprava pela metade do preço”, disse ele.

AGRAVANTE

Por esses jovens serem de famílias com condições financeiras para contratar bons advogados, eles, geralmente não ficam presos por muito tempo, segundo uma fonte ligada à Segurança Pública. Para ela, é necessário um agravante de pena para criminosos dessas camadas sociais.

“Para eles, fica a sensação de que o crime acaba compensando. É frustrante ver o negro, pobre, da favela, envolvido com o tráfico pegando penas longas e essas pessoas, por terem bons advogados, às vezes, nem ficam presas. Acaba que a Justiça tem dois pesos e duas medidas”, disse.

No entanto, o promotor Sérgio Alves afirmou que o Direito Penal não atua com essa finalidade. “Estereotipar pessoas pela classe social é um regresso no nosso sistema prisional”, defendeu ele.



PRESÍDIOS no Estado registraram aumento de 448%, em 11 anos

JEAN MARCELL MARTINS OLIVEIRA EX-TRAFICANTE

“Já gastei R\$ 7 mil com crack”

Após discutir com mãe, aos 12 anos, Jean Marcell Martins Oliveira foi para uma festa onde fumou maconha pela primeira vez.

Depois, ele foi se aprofundando nas drogas e começou a traficar para sustentar o vício. “Já gastei R\$ 7 mil por semana com crack”, afirma Jean, que foi preso oito vezes.

Hoje, aos 37 anos, ele é pastor e diretor de uma casa de reabilitação para usuários de droga.

A TRIBUNA - Como passou de usuário a traficante?

JEAN MARCELL - Com o tempo. Só me divertia na festa se usasse droga. Por isso, acabei me envolvendo no crime, porque festa de gente do crime, com certeza, vai ter droga. Uma coisa puxou a outra.

> Quantas vezes foi preso?

Fui preso oito vezes pelos crimes de porte, tráfico e uso de droga. A primeira vez que assinei como traficante, a cadeia era em Novo Horizonte. Como era primário fiquei 12 dias presos.

> Quem pagava o advogado?

Dava trabalho demais para a família. Eram eles que pagavam advogado e a fiança. Todo o dinheiro que ganhava com tráfico era destinado ao uso de droga. O crime para mim era uma fonte de dinheiro para usar droga. Cheguei a gastar R\$ 7 mil por semana com crack.

> Chegou a roubar?

Não fui para ganhar dinheiro, fui para usar droga. Cheguei a roubar carro, mas não tinha prazer nisso. Me arrependi, porque pensava na vítima.

> Sua família sabia?

Minha família ficava refém da minha situação. Eles não tinham controle sobre o que estava fazendo. Minha família só via que eu estava fazendo isso quando ia preso.

> Temiam por sua vida?

Minha mãe tinha dois medos: minha morte ou ser responsável pela morte de alguém, por conta do tráfico. Mas não tinha essa indole de tirar a vida das pessoas. Eu não servia para ser bandido. Vendia droga para usar.



JEAN é pastor e diretor de clínica

APREENSÕES



Preso com 550 kg de maconha

Mais de 700 tabletes de maconha foram encontrados na casa do estudante de Direito Bruno de Oliveira, de 26 anos, em São Geraldo, Cariacica. No total, foram apreendidos 550 quilos da droga no local.

A apreensão foi realizada em julho do ano passado e o material es-

tava avaliado em R\$ 1 milhão. O material, segundo a polícia, veio do Paraguai e entrou no País pelo Mato Grosso do Sul e foi trazido ao Espírito Santo de caminhão.

Bruno está preso na Penitenciária Estadual de Vila Velha III, segundo a Secretaria de Estado da Justiça.



Droga avaliada em R\$ 2 milhões

Um carregamento de entorpecentes avaliado em R\$ 2 milhões foi apreendido no apartamento de Gercil Ximenes de Souza, 27 anos, na Praia da Costa, em Vila Velha.

A apreensão foi feita em 6 de julho do ano passado. No total, foram recolhidos no imóvel 2.700 micro-

pontos de ácido lisérgico, 5.820 comprimidos de ecstasy, 28,5 quilos de haxixe em barras grandes, 698 gramas de haxixe avulso e um quilo de cocaína pura. O suspeito segue preso na Penitenciária Semiaberta de Vila Velha, segundo a Secretaria de Estado da Justiça

ANÁLISE

“O indivíduo avalia qual o ganho e o risco com a atividade ilícita”

“O primeiro fator que a gente não pode desconsiderar é o advento da impunidade no nosso País. Temos um conjunto de leis muito brandas, que faz com que demore o julgamento. O indivíduo avalia qual o ganho e o risco com a atividade ilícita.

Outro fator é a questão da deficiência na criação dos jovens por parte dos responsáveis em estabelecer limites claros e orientar sobre suas condutas.

É importante estabelecer limites, mecanismos de controle e que os responsáveis sejam referência para as crianças, adolescentes e jovens.

O terceiro fator é a questão do

consumismo e do imediatismo na nossa sociedade. Por falta de controle e limites da família, os jovens querem o caminho mais curto para adquirir um bem.

Há o fator dos laços de amizades. O jovem pode ter boa criação, mas tendo uma má influência de um amigo, já envolvido com o crime, por exemplo, isso pode impactar negativamente.

É importante também quebrar o preconceito de que o tráfico de drogas ilícitas só está presente na periferia. Ele está, também, nas áreas nobres e esses casos recentes tornam isso evidente.”

Pablo Lira, professor do Mestrado de Segurança Pública da UVV



Contrato de namoro para proteger herança

Casais estão deixando claro, em documentos, que não têm união estável. Intenção é evitar partilha de bens no fim do romance

Lorrany Martins

Para evitar brigas judiciais e proteger bens e heranças ao final do romance, casais de namorados estão procurando advogados em busca de orientação sobre como fazer um contrato de namoro.

De acordo com os juristas, o contrato, que já é bem comum fora do Brasil, está cada vez mais procurado.

“A intenção desse tipo de documentação é deixar claro que não é uma união estável, que não há um casamento. Dessa forma, afasta a possibilidade de partilha de bens no caso de uma separação”, explicou a advogada especialista em Direito de Família Thiézy Menegassi.

Ela informou que o perfil dos clientes que procuram esse tipo de contrato, geralmente, é de pessoas mais velhas, viúvas ou divorciadas que possuem bens ou heranças que querem proteger.

De acordo com a advogada Anne Brito, o contrato de namoro é uma escritura pública que pode ser feita no cartório e ajuda a deixar claro que é só uma relação de namoro.

“As pessoas começaram a se preocupar com isso porque o na-

moro está parecido com a união estável. E, juridicamente, a união estável dá direitos aos cônjuges. Então, o contrato de namoro deixa claro que, apesar de morar junto, de ter uma relação duradoura, não há a intenção de constituir uma família naquele momento”.

O advogado Flávio Fabiano explicou que a intenção de formar família é o que diferencia o namoro da união estável, juridicamente.

“Os contratos de namoro são uma tendência mundiais, já utilizados nos Estados Unidos e na Europa. Bem diferente da união estável, cujo objetivo é formar família e tem previsão no Código Civil, os contratos de namoro servem para

afastar a comunicação patrimonial, ou seja, para estabelecer que a relação amorosa entre o casal não objetiva formar família”.

A advogada Thais Moreno destacou, porém, que esse é um assunto novo para o Direito e há poucas decisões da Justiça quanto a isso. Assim, segundo ela, o contrato de namoro pode não ser considerado pelo juiz caso o relacionamento do casal mostre características de uma união estável.

“Hoje, os relacionamentos de namoro estão mais parecidos com uma união estável. Por isso, pode causar confusão e é necessário analisar as circunstâncias de cada caso”, destacou.

O CONTRATO

Documento assinado em cartório

Como fazer um contrato de namoro?

> É PRECISO QUE AS DUAS partes estejam de acordo com os itens estabelecidos no contrato. O documento pode ter a orientação de um advogado, mas é assinado no cartório.

> COMO é um contrato de namoro, ele pode ser feito com mais de uma pessoa, mas geralmente, é feito em uma relação de namoro mais sério, onde os parceiros moram junto, por exemplo.

> ALGUNS CASAIS colocam no contrato uma cláusula afirmando que não há a intenção de casar e nem de constituir família.

> OUTRA CLÁUSULA que pode ser co-

locada no documento é quanto à guarda e cuidado de animais de estimação. O casal pode decidir no contrato quem fica responsável, caso a relação termine.

> NO CASO de casal de namorados dividirem a mesma casa, o contrato também pode estipular quem paga cada conta.

Os bens

> TODOS OS BENS comprados juntos, em caso de separação, serão divididos de acordo com o que cada um pagou no momento da compra.

Fonte: Advogados consultados



THIÉZY MENEGASSI: “A intenção é deixar claro que não é união estável”

SAIBA MAIS

Os tipos de contratos

Namoro

> O CONTRATO DE NAMORO é uma declaração feita em cartório de notas que determina que, apesar de ter uma relação duradoura e, em alguns casos, morar junto, o casal não tem uma união estável e deseja que os bens não sejam partilhados caso haja o fim do relacionamento.

> NO ENTANTO, o contrato não garante que, em uma briga judicial, o juiz não entenda que houve uma união estável.

> JURIDICAMENTE, o namoro é uma relação afetiva mantida entre duas pessoas que se unem pelo desejo de partilharem novas experiências. Embora em algumas relações estejam presentes estabilidade, intimidade e convivência, não há o objetivo de constituir uma família naquele momento.

União estável

> O CONTRATO de união estável ou registro pode ser feito em cartório.

> NESSE DOCUMENTO, o casal pode escolher como os bens serão divididos em caso de separação. Caso não façam o registro, durante a separação será considerado o regime de comunhão parcial de bens.

> SE O CASAL QUISE, ainda pode converter a união estável em casamento depois. O estado civil se mantém “solteiro”. O registro pode ser neces-



CONTRATO é assinado

sário para garantir direitos, como plano de saúde e pensão.

> ENTENDE-SE QUE a união estável é uma relação afetiva de convivência pública e duradoura entre duas pessoas com objetivo de ter uma família.

Casamento

> ALÉM DA RELAÇÃO amorosa, é um negócio jurídico celebrado por duas pessoas voluntariamente, de modo que se estabeleça uma família. É a união do casal legitimada pela autoridade civil.

> PARA SER FEITO em cartório, precisa de certidão atualizada de nascimento, identidade e CPF. Nesse caso, o estado civil passa a ser “casado”.

Fonte: Advogados consultados

O QUE ELES DIZEM



“Se a relação evoluiu para uma união estável ou casamento, o contrato de namoro perde a validade”

Anne Brito, advogada



“Hoje, os namoros estão mais parecidos com uma união estável. Por isso, pode causar confusão”

Thais Moreno, advogada



“Os contratos de namoro são uma tendência mundial. Os casais não têm a intenção de formar família”

Flávio Fabiano, advogado

Empresas e advogados podem pedir benefício

Sindicatos também têm feito convênio com o INSS para oferecer serviço a filiado

Além do sistema Meu INSS, a Previdência Social criou outros mecanismos para facilitar a vida de quem vai se aposentar. A partir de agora, empresas podem fazer convênios com o órgão para solicitar aposentadoria por idade ou por tempo de contribuição de seus empregados. Sindicatos também terão a chance de prestar esse serviço para seus filiados, assim como os advogados que poderão solicitar os benefícios de seus clientes por meio de um outro canal on-line criado pelo governo federal.

Segundo a gerente do INSS em Vitória, Rose Tristão, pelo menos 22 sindicatos, a maioria rural, uma empresa e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Espírito Santo, já se cadastraram no instituto para prestar esse tipo de serviço.

O advogado especializado em Previdência Rafael Vasconcelos já se registrou e está apto para utilizar a ferramenta. "Com certeza ajudará muito. Mesmo que o advogado tenha atendimento prioritário nas agên-

cias, o tempo de espera é longo. Só precisamos que o sistema funcione corretamente sem qualquer falha para que nosso trabalho seja otimizado", opina ao acrescentar que alguns segurados buscam ajuda dele para acessar ao Meu INSS. "O aplicativo ainda apresenta erros e algumas pessoas acabam tendo que ir ao atendimento presencial. Esperamos que logo o problema seja resolvido."

Segundo Vasconcelos, por semana, o Sindicato Nacional dos Aposentados, onde ele atua como consultor jurídico, recebe cerca de 20 pessoas em busca de assistência para iniciar o processo de aposentadoria. "A petição eletrônica vai deixar tudo mais fácil. Para se habilitar, o profissional precisa ter assinatura digital. Se tudo funcionar bem, será um grande divisor de águas", afirma ao citar ainda que uma das funções do advogado é analisar se todos os períodos de contribuição são usados no cálculo do benefício.

PRESENCIAL

Para melhorar o fluxo de atendimento nas agên-

cias, desde 16 de julho o INSS adotou um novo modelo de funcionamento. Se antes as pessoas podiam ir até a agência para conseguir, por exemplo, um extrato previdenciário ou informações sobre o histórico do crédito consignado, agora o segurado

precisa agendar esse tipo de atendimento pelo site do órgão ou pelo telefone 135. Como esses serviços já são oferecidos on-line, o órgão quer evitar que mais gente procure uma das unidades do instituto sem necessidade.

Entre os serviços que serão atendidos somente mediante agendamento estão consultas ao histórico de crédito de benefício, carta de concessão e extrato de Imposto de Renda.

O advogado Rafael Vasconcelos aprovou o atendimento eletrônico



FACILIDADE

"A opção de fazer uma petição on-line no INSS é um grande avanço. Vai facilitar muito o trabalho dos advogados"

RAFAEL VASCONCELOS
ADVOGADO
PREVIDENCIÁRIO

ATENDIMENTO PRESENCIAL

interessadas, programas educacionais, entre outras finalidades. Detalha valores, o banco e data de pagamento do benefício.

Extrato de Imposto de Renda

É utilizado pelos beneficiários do INSS que precisam declarar Imposto de Renda (IR).

Carta de concessão

Documento que comunica ao cidadão sobre a concessão do benefício, a forma de cálculo utilizada para apuração da renda mensal inicial e fornece informações relativas ao banco responsável pelo pagamento.

Consulta declaração - consta/nada consta

Declaração que informa a existência ou não de benefício no CPF do segurado. Alguns órgãos de governo costumam exigir esse "nada consta".

ATENDIMENTO

Agendamentos e requerimentos

É possível solicitar e acompanhar atendimento presencial (agendamento) e a distância.

Agende sua perícia

Serviço de agendamento específico para a perícia médica, tanto para o pedido inicial quanto para o pedido de prorrogação do benefício.

Resultado de perícia

É o documento onde consta se o segurado foi considerado capacitado ou não para o trabalho. Esse serviço



Portal para o segurado fazer o cadastramento

se destina às pessoas que solicitaram auxílio-doença ou outro benefício por incapacidade e passaram por perícia médica no INSS.

Encontre uma agência

Localizador permite segurado achar uma unidade do INSS mais próxima do local onde mora.

Consultar revisão de benefício

Saber se o benefício está listado para revisão quanto à fórmula de cálculo. Só para os enquadrados no artigo 29, II da Lei 9876/76.

Fonte: INSS

Lista de serviços que precisam de agendamento pela internet ou pelo 135

- ▼ Alterar meio de pagamento
- ▼ Atualizar dados cadastrais do beneficiário
- ▼ Atualizar dados do Imposto de Renda
- ▼ Atualização de dependentes
- ▼ Cadastrar ou atualizar dependentes para salário-família
- ▼ Cadastrar ou renovar procuração ou representante legal
- ▼ Desbloqueio do benefício para empréstimo
- ▼ Desistir de aposentadoria
- ▼ Emitir certidão de inexistência de dependentes habilitados à

- ▼ Emitir certidão para saque de PIS/PASEP/FGTS
- ▼ Reativar benefício
- ▼ Reativar benefício assistencial à pessoa com deficiência suspenso por inclusão no mercado de trabalho
- ▼ Renunciar cota de pensão por morte
- ▼ Solicitar pagamento de benefício não recebido
- ▼ Solicitar valor não recebido até a data do óbito do beneficiário
- ▼ Suspensão de benefício assistencial à pessoa com deficiência para inclusão no mercado de trabalho
- ▼ Transferir benefício para outra agência

DIFICULTY/ISTOCK



SERVIDORES no Ministério do Planejamento: regras de benefícios revistas

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Juiz suspende prazo para servidor federal

Funcionalismo tinha até ontem para decidir sobre migração para novo regime, mas liminar pede que sejam esclarecidas as normas

BRASÍLIA

O juiz Leonardo Cacau Santos La Bradbury, da 2ª Vara Federal de Florianópolis, suspendeu o prazo para os servidores federais migrarem do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o Regime de Previdência Complementar (RPC), que se encerraria ontem.

A decisão se aplica a todos os servidores da União, dos três poderes e de todos os estados. O magistrado determinou o esclarecimento das regras do cálculo do benefício especial, previsto no novo regime. A liminar atendeu a um pedido apresentado pelo Sindicato dos Trabalhadores no Judiciário Federal em Santa Catarina.

A suspensão deve valer "até que haja o esclarecimento das normas jurídicas concretas que incidem não somente sobre a forma de cálculo do Benefício Especial, a fim de ser aplicado de forma isonômica para todos os servidores do Judiciário, Executivo e Legislativo da União, mas também das incidentes no próprio regime de previdência complementar ao qual está optando o servidor que ingressou antes da sua instituição", de acordo com a sentença.

Com a migração, quem foi empregado no serviço federal antes da instituição do RPC poderá aderir à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), que administra os planos de benefícios previdenciários complementares para os servidores da União, na modalidade "participante ativo normal", em vez de "participante ativo alternativo".

Entre os principais benefícios oferecidos está a contrapartida da União, ou seja, para cada R\$ 1 que o servidor recolhe, o governo federal contribui com mais R\$ 1, dobrando, assim, a contribuição real.

Países emergentes já devem R\$ 20 trilhões

O Instituto Internacional de Finanças (IIF), formado pelos 500 maiores bancos do mundo, com sede em Washington (EUA), alertou que a relativa calma no mercado financeiro mundial dos últimos dias pode não durar — os emergentes permanecem vulneráveis à nova valorização do dólar e a mudanças repentinas do apetite por risco dos investidores globais.

A dívida em moeda estrangeira destes mercados atingiu no primeiro trimestre o nível recorde de US\$ 5,5 trilhões (R\$ 20,2 tri), conforme relatório divulgado ontem.

O mercado financeiro mundial ficou menos volátil nos últimos dias, após as conversas de Washington com a União Europeia para um acordo comercial, mas o quadro de elevada incerteza deve persistir no cenário e uma nova escalada da tensão entre os parceiros no comércio dos Estados Unidos não está descartada, avalia o IIF.

Indicadores têm sinalizado queda nos volumes de comércio entre países e o documento nota que os mercados emergentes têm sido particularmente afetados.

GIRO RÁPIDO**Famílias fazem caminhada na orla de Camburi contra abuso infantil**

Familiares da menina Thayná Andressa de Jesus, 12, e dos irmãos Kauã Butkovsky, 6, e Joaquim Sales, 3, fizeram uma caminhada na manhã de ontem, em Camburi contra o abuso infantil. Thayná foi sequestrada dia 17 de outubro de 2017, segundo a polícia, por Ademir Lúcio Ferreira, que está preso acusado de estuprar e matar a menina.

Já os irmãos Kauã e Joaquim, segundo investigações da polícia, foram estuprados, espancados e mortos pelo pastor George Alves, em Linhares. Ele e a mulher, a pastora Juliana Sales, estão presos pelo crime.

**FAMÍLIAS** caminharam na orla da Praia de Camburi



MAURÍCIO PRATES

www.mauricioprates.com.br | emeprates@uol.com.br

Defensor indicado

Tribunais superiores têm entendido que a nomeação de advogado dativo – que exerce o papel de defensor público por indicação da Justiça – não se justifica em comarcas onde a Defensoria Pública é presente e bem estruturada. No Espírito Santo, só em 2017, o Estado gastou, aproximadamente, R\$ 12 milhões com advocacia dativa, ato que deveria ser considerado uma exceção. Atualmente, apenas 26 municípios capixabas possuem núcleos da Defensoria Pública.

Reportagem Especial

CRIME VIRTUAL

Aposentada perde 130 mil reais em golpe do amor

Em um ano, outras 19 mulheres foram enganadas pelos golpistas, que são de quadrilhas da Nigéria, Gana e Malásia

Eliane Proscholdt
Francine Spinassé

Imagina encontrar uma pessoa cativante, sedutora, com promessas de presentes e de um relacionamento sério. É dessa forma que criminosos têm ganhado a confiança dos seus alvos e feito vítimas pela internet no golpe do amor. Uma delas foi uma aposentada de 60 anos, que perdeu R\$ 130 mil.

Muito abalada, a aposentada, que estava acompanhada do seu advogado Herick Fadini, procurou a Delegacia Especializada em Repressão aos Crimes Cibernéticos (DRCC) recentemente para denunciar o caso.

É o titular da DRCC, delegado Brenno Andrade de Souza Silva, disse que esse não é o único. Em um período de um ano, cerca de 20 caíram nesses golpes na Grande Vitória, incluindo a aposentada. Muitas perderam dinheiro.

Esses criminosos são integrantes de quadrilhas sobretudo da Nigéria, Gana e Malásia, que usando a internet caçam suas vítimas pelas redes sociais ou sites de

relacionamento. "Eles fazem um filtro procurando uma pessoa que tem uma condição financeira boa, carentes, solitárias e, às vezes, com um quadro de depressão."

PERFIL

No perfil escolhido, mulheres a partir de 40 anos, principalmente que sejam viúvas e divorciadas. "A partir daí, eles se passam por pessoas bem-sucedidas, advogados de prestígio, militares em missão fora do País, empresários, engenheiros e agentes da Abin (Agência Brasileira de Inteligência)."

Em seguida, eles dão várias desculpas e prometem presentes, como joias e dinheiro se um depósito for feito. Só que para garantir que o produto

chegue até a sua "namorada virtual" eles usam desculpas variadas.

E para quem está se perguntando como as pessoas ainda caem nesse golpe, o delegado explica que o tempo de investida pode chegar a seis meses.

"São homens de boa retórica, encantadores, segundo elas destacam, que se apresentam como viúvos ou divorciados, pais de belas crianças, sempre visando a um relacionamento sério e uma constituição de família. Primeiro, ganham a confiança da vítima e quando a pessoa está totalmente envolvida, ele aplica o golpe."

A média que eles pedem de início é de R\$ 5 mil a R\$ 10 mil, mas depois que percebem que as vítimas estão caindo na armadilha, vão pedindo mais dinheiro, sempre inventando histórias.

ALGUNS CASOS



Dívidas após golpe

Após promessas de um falso militar, uma aposentada de 60 anos perdeu cerca de R\$ 40 mil e se endividou. O golpista dizia que era americano, mas comandava uma tropa na guerra do Iraque. Após ganhar sua confiança, disse que precisava enviar um pacote de dinheiro, para que ela guardasse até que ele viesse para o Estado encontrá-la. Para retirar o pacote, ela precisava fazer depósitos.

Prejuízo de R\$ 50 mil

Entre as vítimas de golpes do amor está uma advogada, de 61 anos. Ela perdeu um total de R\$ 50 mil em depósitos para golpistas.

O drama da advogada começou quando ela passou a visitar salas de bate-papo e um homem a chamou para conversar. Ele falava que era do Afeganistão e que trabalhava no ramo de importação. Após quatro meses e vários pedidos de dinheiro, ele sumiu.

Falso general

Uma viúva, de 73 anos, perdeu R\$ 5 mil após ser vítima de um golpista que se passava por um falso general americano. Ele dizia que estava na guerra do Iraque, e com promessas de amor, falava que queria visitá-la no Brasil. Ganhando sua confiança, pedia dinheiro em depósitos. Outras mulheres também foram vítimas e chegaram a perder até R\$ 50 mil.

“A culpa, a vergonha ou o medo de denunciar só reforçam a impunidade”

Brenno Andrade, delegado



HERICK FADINI ADVOGADO DA APOSENTADA

“Recebeu um cofre cheio de papel”

A TRIBUNA - Como sua cliente conheceu essa pessoa?

HERICK FADINI - Ela entrou em um site de relacionamento e, como essas quadrilhas já buscam um determinado perfil de mulheres, entrou em contato com ela, que é viúva. Essa pessoa se apresentou e dizia ser um engenheiro alemão, que morava em Portugal, mas trabalhava embarcado.

> E ela não desconfiava?

Esse tipo de criminoso sempre tem uma história elaborada, se identifica como profissional bem-sucedido e apela para a questão amorosa. Eles envolvem a mulher. Após um mês e meio de conversa por e-mail, ele aplicou o golpe.

> E o que pedia?

Eram várias situações. Na primeira, ele alegou que o navio em

que trabalhava estava sendo rodeado por piratas e sofrendo ataques. Por isso, uma empresa de segurança iria recolher os objetos de valores dos profissionais do navio.

O suposto engenheiro contou que essa empresa pegou o malote dele, que teria 180 mil libras (R\$ 876 mil), e que deveria ser entregue a alguém de sua confiança.

> Como ela perdeu dinheiro?

Ele alegou que o objeto ficou re-

“Essa pessoa se apresentou e dizia ser um engenheiro alemão, que morava em Portugal, mas trabalhava embarcado”

tido na Polícia Federal e que ela deveria pagar uma taxa. Uma pessoa, que se passou por advogado, entrou em contato dizendo que iria pegar o malote. Ela fez o depósito de R\$ 16 mil. Depois eles alegaram que o valor estava errado, que na verdade, era em dólares.

Na sequência, eles criavam mais situações para que ela desse mais dinheiro. Ela fez até empréstimos.

> E quando descobriu a farsa?

Ela esteve em contato com ele de dezembro de 2017 a março deste ano, quando uma pessoa que dizia estar guardando o objeto, se encontrou com ela em um hotel de Vitória. Lá, ele entregou um cofre de ferro e ainda tentou extorqui-la mais uma vez com uma nova história. Nesse caso, ela não entregou. Quando abriu o cofre, percebeu



ADVOGADO FADINI: "Hoje, o sofrimento dela é mais no âmbito psicológico"

que só tinha papel picado.

> E o que ela fez?

Ela entendeu que tinha caído no golpe. Como as pessoas que são vítimas ficam envergonhadas, uma filha só descobriu quando ela falou em colocar o apartamento em que

morava a venda. Assim que soube, a filha buscou a polícia. Fizemos uma notícia-crime.

Hoje o sofrimento dela é mais no âmbito psicológico. Ela trabalhou a vida toda para construir um patrimônio e perdeu muito.

Reportagem Especial

COMO ELES AGEM

Scammers

São golpistas, na maioria das vezes estrangeiros, que escolhem as vítimas por redes sociais, sites de relacionamento ou aplicativos de paquera. Os criminosos fazem busca por mulheres, geralmente de meia idade ou idosas, solteiras, divorciadas ou viúvas. Então, eles iniciam o primeiro contato com elas.



Vítimas

Se passando por empresários bem sucedidos, advogados, engenheiros, médicos e, principalmente, militares de guerra, golpistas começam a conversar com as vítimas. Nos diálogos, vítima e golpista desenvolvem um relacionamento amoroso, com promessas de casamento. Os criminosos usam fotos de outras pessoas, inclusive de supostos filhos e momentos em família ou no trabalho.



Promessas

Sempre educados e galanteadores, os vigaristas mantêm o relacionamento até adquirir a confiança das vítimas. Depois que conseguem, alegam que precisam de dinheiro para recuperar passaporte ou resgatar encomendas, presentes que ficam presos na alfândega. Também alegam problemas de saúde, necessidade de cirurgias ou outras dificuldades, em que precisam dos valores com urgência.



Golpe

Os golpistas dizem que não conseguem acessar o dinheiro no momento, mas que depois vão devolver. As vítimas realizam os depósitos em contas em nome de laranjas. Depois, novos pedidos são feitos.



RAIO X

CRIMINOSOS

> GERALMENTE, de países estrangeiros, como Nigéria, Gana e Malásia.

PERFIL DAS VÍTIMAS

> NA MAIORIA DOS CASOS, com mais de 40 anos, viúvas, solteiras e divorciadas.



88% das vítimas são mulheres



12% são homens

60 PERFIS FALSOS

que visavam aplicar esse tipo de golpe de scammers foram criados no País nos dois primeiros meses de 2018, segundo pesquisa.



GOLPISTAS AMEAÇAM divulgar imagens comprometedoras que na verdade não possuem, e pedem dinheiro

CRIME VIRTUAL

Homens também são vítimas dos criminosos

Em menor escala, homens também acabam caindo na lãbia desses criminosos virtuais. Alguns chegam a fazer chantagem e pedem resgate em dinheiro às suas vítimas.

No golpe do amor, que uma aposentada e pelo menos outras 19 vítimas caíram em um período de um ano, dois homens procuraram a polícia para denunciar que foram enganados. A diferença é que, do outro lado, estão mulheres bonitas, que se dizem viúvas ou divorciadas à procura de uma nova chance de serem felizes.

Mas os homens não caem apenas nesse golpe. Recentemente, um deles procurou a polícia para dizer que recebeu um e-mail, em inglês, com um pedido de resgate em bitcoin (moeda virtual).

Ele, que ainda não registrou uma ocorrência, pois ficou de apresentar alguns documentos à polícia, relatou que os criminosos exigiram aproximadamente R\$ 11 mil,

mas que ele não pagou.

O titular da Delegacia Especializada em Repressão aos Crimes Cibernéticos (DRCC), delegado Brenno Andrade de Souza Silva, disse que nesse golpe geralmente os criminosos se utilizam de dados que foram vazados na internet, incluindo senhas.

“Eles enviam um e-mail, geralmente em inglês, falando que a senha é tal e que durante um acesso a um site pornográfico da vítima, a webcam foi hackeada e que eles tinham cenas da pessoa praticando

ato sexual ou se masturbando.”

Sob ameaça de divulgar as imagens na internet, eles exigem que um depósito seja feito. O delegado disse que apesar da vítima não ter pago, ela confessou que pensou em fazer o depósito.

Brenno Andrade diz que a pessoa jamais deve ceder e fazer depósitos a bandidos. “A senha pode ser alguma que já foi usada pela vítima, mas é muito improvável que o golpista tenha instalado algum malware no seu computador.”

E acrescentou: “Embora golpes de extorsão sexual de uma maneira geral tenham sido utilizados por anos, não há relatos de golpistas instalando malware para filmar alguém se masturbando enquanto vê pornografia. É muito mais fácil mentir sobre isso e convencer as pessoas que isso aconteceu.”

Ao procurar a polícia, segundo o delegado, as vítimas apresentam um misto de sentimento: revolta, culpa, angústia e vergonha.

“Eles enviam um e-mail falando que a senha é tal e que durante um acesso a um site pornográfico da vítima, a webcam foi hackeada.”

Brenno Andrade, delegado

COMO BUSCAR AJUDA

Denúncias

> NO CASO DA GRANDE VITÓRIA, as denúncias devem ser feitas na Delegacia Especializada em Repressão aos Crimes Cibernéticos, na avenida Marechal Campos, 1.246, Bonfim, Vitória, de 2ª a 6ª, das 9 às 16 horas. Nos demais municípios, nas delegacias mais próximas.

Provas

> AS VÍTIMAS DEVEM fazer prints das conversas com os criminosos. Se houver algum encontro pessoalmente, o que não é muito comum, já que os golpes são 100% virtuais, imagens de videomonitoramento podem auxiliar nas investigações.

ANÁLISE

“Fragilidade emocional pode anular a capacidade crítica”

“Qualquer pessoa pode ser vítima de um golpe envolvendo relações amorosas. Há vários motivos para alguém acabar envolvido em uma situação em que a desonestidade é o resultado final.

Um deles é um tipo de fragilidade emocional, que pode conduzir a pessoa a reduzir ou até anular a sua capacidade crítica. Ela é encontrada em pessoas que podem demonstrar algum tipo de carência afetiva, mas não se deve estigmatizar as vítimas.

Amar é um ato que implica alguma confiança e desarmamento do espírito. Portanto, ninguém deveria se sentir particularmente ingênuo por cair em um golpe amoroso. Claro, pode-se verificar que algum sentido de autopreservação falhou na situação, fazendo com que a vítima aceitasse qualquer coisa pedida pelo golpista, às vezes sem desconfiar de nada.

Nesses casos, temperar a capacidade de entrega e o desejo por ter alguém com a crítica necessária a

Adriano Pereira Jardim
doutor em Psicologia e professor do Departamento de Psicologia da Ufes



qualquer relação pode conduzir-nos àquele passo que pode fazer toda a diferença, quando dizemos não, mesmo querendo dizer sim.

No final, amar implica uma aposta. Mas nessa aposta é tão necessário abrir-se para o outro quanto estar atento a si mesmo, aos sinais de que algo não está fazendo sentido. Não existe regra ou receita pronta, mas o equilíbrio é sempre entre estar para o outro tanto quanto se está para si mesmo.”

COMO SE PROTEGER

Discrição

> É IMPORTANTE tomar cuidado com as informações compartilhadas nas redes sociais. Elas facilitam a ação de bandidos, então é preciso ter cautela ao enviar fotos e postar dados pessoais.

Verificar fotos

> É POSSÍVEL, ao receber uma foto, checar se ela não está postada em outros locais. Para isso é preciso salvar a foto, depois ir até o Google e clicar em “Imagens”. Em seguida, “Enviar uma imagem”.

> NAS REDES SOCIAIS, se possível, deve ser verificado a quantidade de fotos que a pessoa tem e se o perfil se relaciona com algum “amigo” ou conhecido.

Desconfiar

> QUANDO ALGUÉM que a pessoa não conhece pessoalmente começa a solicitar valores é preciso desconfiar, pois provavelmente se trata de golpe.

Webcam

> É IMPORTANTE pedir que conversa seja gravada por webcam ou por chamada de vídeo, pois quem aplica os golpes usa fotos de outras pessoas.

Relacionamento

> DICA IMPORTANTE: prefira um relacionamento físico e não virtual.

Fonte: Delegado Brenno Andrade de Souza Silva, titular da Delegacia Especializada em Repressão aos Crimes Cibernéticos (DRCC).



GOLPISTAS usam fotos falsas

Confirmada gravidez da namorada do Dr. Bumbum

A namorada do médico Denis Furtado, conhecido como Dr. Bumbum, está grávida. A informação sobre a gravidez de Renata Cirne foi confirmada ontem pela Secretaria de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro.

Preso desde o último dia 17, na investigação sobre a morte de uma bancária, Renata, de 19 anos, teve o pedido de liberdade negado pela Justiça do Rio na última quinta.



DIEGO MOREIRA/GOVERNO DE SÃO PAULO

Armas que estavam em fóruns de São Paulo e foram doadas para a polícia: delegados estão preocupados com os planos da facção

PCC planeja ataques a fóruns em todo o país

Objetivo é conseguir armas para fortalecer ações contra grupo rival nos Estados

« A facção criminosa PCC pode estar planejando uma série de ataques a fóruns de todo o país em busca de armas que estão guardadas pela Justiça. A suspeita é da Polícia Civil de São Paulo e foi divulgada nesta quinta-feira pelo jornal Folha de S. Paulo.

De acordo com o jornal, a

suspeita surgiu através de interceptações telefônicas. Nessas ligações, membros da facção falam de uma ordem dada por comandantes do grupo para a realização de levantamento de fóruns em todo o território nacional que possam ter estoques de “ferramentas”, como os criminosos chamam as armas.

Essas orientações, segundo relatório policial a que a Folha teve acesso, teriam partido de Presidente Venceslau, no interior

de São Paulo, onde está presa a cúpula da facção, incluindo Marco Camacho, o Marcola, tido como o principal chefe do PCC.

Segundo a ordem, os criminosos deveriam levantar informações sobre prédio e endereço e, em seguida, enviar fotos desses locais para auxiliá-los em futuras ações. “Tais informações irão subsidiar ações da facção que visam o roubo das armas em depósitos do Poder Judiciário em todo o

Brasil”, diz trecho de documento obtido pela Folha.

O objetivo da ação seria fortalecer o grupo em ações contra facções rivais nos Estados, como, por exemplo o Comando Vermelho.

A reportagem ouviu delegados de São Paulo que acreditam que o plano está em andamento e pode ocorrer a qualquer momento. No ano passado, 566 armas foram levadas dos fóruns de Guarujá (Baixada Santista) e

Diadema (Grande São Paulo), mas esses ataques não estariam ligados ao plano.

Segundo a Folha, Wanderson Pessoa Lima, o Confusão, que foi preso no fim do ano passado, aparece em ligações com comparsas de outros estados cobrando agilidade. “Expliquei para os parceiros que o trampo (trabalho) dos fórum (sic) é determinação. O barato tem que acontecer, tá ligado?”, diz Confusão a um comparsa de Rondônia.

ES: armas não vão ficar com o Judiciário

« Em menos de 60 dias, o Espírito Santo vai deixar de receber nos fóruns as armas e munições apreendidas em processos. A medida está prevista no provimento 11/2018, assinado pelo corregedor-geral de Justiça do Estado, Samuel Meira Brasil Júnior, conforme informou, em nota, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

“Nesse período a Polícia vai empreender toda a logística necessária. Depois disso teremos mais 120 dias para que as armas guardadas nos fóruns sejam encaminhadas para a Polícia Civil. Após a perícia, elas seguem para o Exército para serem reaproveitadas ou destruídas”, diz o texto.

A nota ainda reforçou que não há registro de ações criminosas de organizações, como o PCC contra o Judiciário Estadual e que os fóruns contam com sistemas de alarme e botão do pânico; circuito fechado de TV com câmeras conectadas a central de monitoramento; cofres digitais utilizados pelo Exército para o armazenamento de armas de portes variados; vigilância armada 24 horas, e atuação de policiais militares da reserva e detectores de metal durante seu funcionamento.

Já a Secretaria de Estado de Segurança diz que as inteligências das polícias mantêm o monitoramento constante de informações de grupos criminosos.

Tribunal proíbe armas nos fóruns do Estado

O Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES) informou, na tarde de ontem, que as armas de fogo e munições apreendidas em processos policiais não serão mais recebidas pelos fóruns. Elas deverão permanecer junto à autoridade policial e depois encaminhadas ao Exército para destruição ou reaproveitamento.

Segundo o TJ-ES, a medida que proíbe o recebimento de armas de fogo pelos fóruns foi assinada no último dia 19, pelo corregedor-geral de Justiça do Estado, desembargador Samuel Meira Brasil Júnior.

A informação foi divulgada pelo TJ-ES, após uma notícia ser publicada pelo jornal Folha de São Paulo dizendo que traficantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) planejam atacar fóruns em todo o País em busca de armas de fogo.

A suspeita foi levantada por

policiais civis de São Paulo, com base em interceptação telefônica, onde traficantes falam de ordem dada por chefões do crime.

Sobre a notícia de possíveis ataques por parte do PCC, o TJ-ES informou que não existe nenhum registro de ações criminosas de organizações contra o Poder Judiciário estadual. Entretanto, disse que há um trabalho contínuo de reforço e aperfeiçoamento da segurança de todos os fóruns.

De acordo com o TJ-ES, os fóruns contam com sistemas de alarme e botão do pânico; câmeras de segurança conectadas à central de monitoramento; cofres digitais utilizados pelo Exército para o armazenamento de armas de portes variados e vigilância armada 24 horas.

Durante o horário de funcionamento, as unidades contam ainda com a atuação de policiais militares da reserva e detectores de metal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO: sem registro de ações criminosas



MAURÍCIO PRATES

www.mauricioprates.com.br | emeprates@uol.com.br

Advogados públicos

A Associação dos Procuradores do Estado (Apes) discute a responsabilização pessoal dos advogados públicos na emissão de pareceres. O presidente da instituição, Leonardo Pastore, diz que a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro só prevê a responsabilidade em casos de dolo ou fraude e que, por isso, foi feita a proposta de uma Súmula que estenda essa responsabilização para critérios considerados subjetivos, como culpa e erro grosseiro. "É fundamental garantir a segurança jurídica de quem emite os pareceres e impedir responsabilizações injustas", afirma.

Vendedora humilhada por gerente recebe R\$ 80 mil

Ela era chamada de gorda, "barbie da cara preta" e "mãe de tiquinho" na frente de clientes e dos outros funcionários da loja

Luiza Marcondes

Uma vendedora de uma loja de móveis e eletrodomésticos de Vitória foi indenizada em R\$ 80 mil por danos morais após receber apelidos pejorativos do superior. A mulher era chamada de gorda, "barbie da cara preta" e "mãe de tiquinho".

Ela decidiu entrar na Justiça em 2015, após ser demitida. Depois de passar por todas as instâncias, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) confirmou o ganho de causa para a vendedora.

De acordo com a advogada que defendeu o caso, Luana Assunção de Araújo, a vendedora não acionou a Justiça antes porque precisava do emprego.

A mulher trabalhou na empresa por sete anos e, nos três últimos, começou a sofrer os episódios de assédio moral por parte do seu gerente.

"Como quem praticava as ofensas era o próprio superior, ela não tinha para quem relatar os abusos. Ele a chamava pelos apelidos pejorativos em público, na frente de clientes e dos outros funcionários. Por conta do sobrepeso, o gerente ainda implicava com ela durante as refeições", contou.

Além dos apelidos que atenta-

vam contra a própria honra, o superior ainda ofendia o filho dela, que chamava de "tiquinho". O apelido dava a entender que ela não sabia quem era o pai da criança e que poderia ser de qualquer homem.

De acordo com Luana, esse comentário do chefe acontecia inclusive na frente do marido dela.

A situação foi agravada após a vendedora realizar um procedimento estético e apresentar o laudo médico ao gerente, que não aceitou e ainda fez com que ela carregasse peso, fazendo com que a cirurgia não cicatrizasse bem e deixasse marcas.

O juiz titular da 7ª Vara do Trabalho de Vitória, Marcelo Tolomei Teixeira, explicou que é obrigação do empregador zelar pelo bom ambiente de trabalho e garantir que a dignidade seja respeitada.

"Essa é uma exigência séria e se é o próprio empregador que agride ou sabe dos fatos e não faz nada, ele está entrando em uma relação de culpa", apontou o juiz.

De acordo com Tolomei, cabe à Justiça avaliar o grau da situação. Essa análise é feita a partir do grau de vexame que foi exposto o trabalhador, o tempo em que foi humilhado e se isso acontecia na frente de outras pessoas.

“Se o empregador sabe dos fatos e não faz nada, ele está entrando em uma relação de culpa”

Marcelo Tolomei, juiz do Trabalho



ADVOGADA Luana defendeu a vendedora: "Implicava até durante refeições"

ENTENDA O CASO

Apelidos no ambiente de trabalho

Humilhações

- > UMA VENDEDORA de loja foi indenizada em R\$ 80 mil após sofrer com apelidos humilhantes no ambiente de trabalho.
- > AS OFENSAS de gorda, "barbie da cara preta" e mãe de "tiquinho" eram feitas pelo gerente da loja.
- > ELA TRABALHOU no mesmo local por sete anos, nos últimos três, quando o homem assumiu o cargo, passou a sofrer esse tipo de humilhação.
- > SEM TER A QUEM RECORRER e precisando do trabalho, ela aceitou a situação até ser demitida pelo superior, quando ingressou com processo trabalhista por danos morais.
- > A VENDEDORA era chamada pelos apelidos na frente de clientes e nas reuniões com os outros funcionários.
- > O GERENTE dava a entender, ao apelidar o filho dela de "tiquinho", que não sabia quem era o pai da criança. Esse tratamento acontecia também na frente do marido da vítima.

Laudo médico negado

- > O AGRAVANTE para o caso foi após um procedimento estético, no qual o gerente negou o laudo médico e permitiu que ela continuasse carregando peso.
- > POR CONTA do peso carregado, a vendedora não conseguiu que a cirurgia cicatrizasse de forma adequada.

Indenização

- > PARA RECEBER uma indenização desse tipo é necessário provar que sofreu as ofensas.
- > OUTROS trabalhadores podem ser as testemunhas do processo.
- > É IMPORTANTE também provar que a empresa sabia do ocorrido.
- > O TEMPO que duraram as agressões e na frente de quem eram realizadas podem aumentar o valor das indenizações.
- > ISSO porque é dever da empresa zelar por um ambiente de trabalho saudável.

Fonte: Especialistas entrevistados.

Advogados alertam que é preciso comprovar abusos

Os profissionais que se sentem prejudicados por apelidos colocados no ambiente de trabalho devem provar que as ofensas aconteceram quando ingressarem com processo na Justiça trabalhista.

O juiz titular da 7ª Vara do Trabalho de Vitória, Marcelo Tolomei Teixeira, enfatizou que, ao alegar algo na Justiça, é preciso provar.

Tolomei explicou que, para não existir confusão entre apelidos, é importante observar a intenção de humilhar.

"Características físicas e psicológicas consideradas problemáticas não devem ser usadas como apelidos", alertou.

Com isso, o advogado trabalhista Victor Passos orienta que os trabalhadores peçam para os colegas que parem com os apelidos. Caso a humilhação continue, o funcionário deve informar aos superiores formalmente, por escrito, e se na-

da resolver, acionar a Justiça.

"A empresa só responde se sofrer do fato e não tiver tomado providência. A indenização vai depender do que for comprovado. Em todos os casos, a pessoa deve levar as testemunhas para o processo. Se as ofensas eram feitas em uma sala isolada, ela deve contar aos colegas", explicou.

As situações de humilhação, segundo o advogado trabalhista Adriesley Steves de Assis, também podem provocar demissão por justa causa aos trabalhadores que as praticam, como no caso do gerente da vendedora que a fazia passar por situações vexatórias.

"Quando um caso assim é comunicado à empresa, ela tem obrigação de advertir o funcionário. Se o comportamento dele continuar o mesmo, depois da advertência e suspensão, a medida é a demissão por justa causa".



Na Justiça

Depois do vazamento de um vídeo íntimo seu na internet, o youtuber Felipe Neto se pronunciou sobre o caso. Na nota, divulgada por sua assessoria de imprensa, Neto garante que buscará a Justiça.

"Felipe Neto declara ter tomado ciência do vazamento de um vídeo particular que expõe a sua intimidade. O influenciador afirma que tomará todas as medidas judiciais necessárias, para apuração dos fatos", diz trecho do comunicado.



lximenes@redegazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

LEONEL XIMENES**Na Justiça**

O governador afirmou que após a resposta do TCU, se for necessário, o Estado terá base legal para pleitear na Justiça que impeça esse modelo de concessão do aeroporto. “Vamos à Justiça se necessário”, destacou.

VITÓRIA

Preso com carro roubado ao sair de audiência sobre mesmo crime

Homem foi flagrado pelos mesmos agentes que o autuaram em 2016 e prestavam depoimento

BEATRIZ MARCARINI
beatriz.marcarini@redgazeta.com.br

Um homem foi pego na tarde de ontem com um carro roubado ao sair de uma audiência na Justiça Federal, em Vitória, onde era acusado de ter sido flagrado, em 2016, com outro veículo roubado. A autuação foi feita pela equipe da Polícia Rodoviária Federal (PRF) que o havia abordado há dois anos e estava prestando depoimento na audiência sobre o caso.

O superintendente da PRF, Wylis Lyra, explicou que, em 2016, o homem foi abordado por uma equipe da polícia por estar conduzindo um carro roubado. No momento da abordagem, ele apresentou documentos falsos.

ABORDAGEM

A equipe que participou da ação em 2016 prestou depoimento à Justiça e, ao sair da audiência, viu um veículo que tinha indícios de ser roubado.

“Eles repararam alguns



Mitsubishi Triton L200 foi apreendida ontem perto da Justiça Federal. Ela foi roubada no Rio de Janeiro

detalhes na identificação do carro que levava a crer que o veículo era roubado. A equipe, então, resolveu esperar que o dono chegasse. Para a surpresa da equipe, o dono do carro era o mesmo que estava

na audiência e que foi pego por eles em 2016”, descreve o inspetor.

Por suspeitar que o homem estivesse, novamente, com documentos falsos, a polícia não divulgou o nome dele.

O carro apreendido pela PRF nesta quinta-feira é uma Mitsubishi Triton L200 que, de acordo com a PRF, foi roubada em janeiro no Rio de Janeiro. A placa, falsificada, era de Buerarema, na Bahia. O homem foi au-

tuado e levado para a 1ª Delegacia Regional de Vitória.

Para o superintendente da PRF, Wylis Lyra a atitude do homem mostra desrespeito para com a polícia e também com a Justiça.

“É uma pessoa que de-

DESRESPEITO



“É uma pessoa que demonstra total desrespeito com a polícia e a Justiça. Mas mostramos que a PRF está sempre de olho, mesmo quando não se está em uma rodovia federal”

WYLIS LYRA
SUPERINTENDENTE DA PRF

monstra total desrespeito com a polícia e a Justiça. Mas mostramos que a PRF está sempre de olho, mesmo quando não se está em uma rodovia federal”, afirma o superintendente. O carro foi apreendido na Rua Chafic Murad, em Bento Ferreira, Vitória.

Reportagem Especial

BRIGA PARA TER ATENDIMENTO

Justiça manda planos e SUS pagarem tratamentos

Por dia, 35 pacientes no Estado conseguem garantir remédios, cirurgias e vagas em hospitais por meio de ações judiciais

Eliane Proscholdt
Francine Spinassé

Utando para sobreviver ou simplesmente cobrando direitos que são assegurados por lei, pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) ou de planos de saúde têm recorrido ao poder Judiciário em busca de tratamentos com fornecimento de remédios, exames, cirurgias e internações.

E a Justiça tem dado, na maioria dos casos, resposta favorável: em um período de um ano e meio — de 2017 até junho deste ano —, cerca de 19 mil ações foram julgadas obrigando que esses procedimentos sejam oferecidos. Essa quantidade equivale a 35 pacientes por dia tendo seus direitos garantidos.

O maior volume é no SUS. De 2017 até o mês passado foram mais de 17 mil ações, sendo que a maioria das decisões obriga o poder público a garantir medicamentos e internações.

No caso dos planos, os principais pedidos são por medicamentos, exames e cirurgias, especialmente de câncer e problemas cardíacos. No ano passado foram 1.208 processos julgados procedentes. Nos primeiros seis meses deste ano, o número já é superior a 600.

O titular do 4º Juizado Cível de Vitória, Paulo Abiguenem Abib, salientou que 90% das decisões são cumpridas pelas operadoras. Há muitos pedidos de cobertura para casos de urgência e emergência, assim como de remédios de alto custo. "Às vezes, o plano de saúde resiste na hora de cobrir esses valores mais altos de medicamentos, cirurgias e exames, como quimioterapia, radioterapia, tomografia."

Em caso de descumprimento, é estipulado o pagamento de multa, cujo valor varia de acordo com a complexidade de cada caso, e até ameaça de prender gestores por crime de desobediência ao cumprimento de ordem judicial.

O magistrado observou que há situações em que cabe ainda indenização ao paciente por dano moral, com condenações entre R\$ 500 a R\$ 15 mil, em média.

O titular do 2º Juizado Especial Criminal e da Fazenda Pública da Serra, João Patrício Barroso Neto, recebe entre 100 e 120 ações contra o SUS por mês. Apenas ele, em um ano, julgou cerca de 600 processos, como pedidos de cirurgias de varizes, cataratas e fisioterapia.

ALÍVIO APÓS DECISÃO



“Por mês, gastava aproximadamente R\$ 2 mil. Agora pego os medicamentos de graça. Vale a pena lutar pelos nossos direitos”

João Guilherme Ferreira, universitário

Remédios de graça para diabetes

Desde os 18 anos, o universitário João Guilherme Ferreira, que agora tem 23 anos, foi diagnosticado com diabetes.

Durante anos, ele custeou a compra de medicamentos, mas depois

decidiu recorrer à Justiça. Seu advogado, Isaque Freitas Rosa, ingressou com uma ação.

João Guilherme esperou um ano para obter uma decisão obrigando o

poder público a custear seus remédios. "Por mês, gastava aproximadamente R\$ 2 mil. Agora pego os medicamentos de graça. Vale a pena lutar pelos nossos direitos."

Debate sobre critérios para as ações

Em uma equação complexa — que envolve de um lado o direito de pacientes, do outro gastos públicos e de operadoras de planos de saúde, e ainda a grande demanda de ações que chegam à Justiça — a judicialização da saúde será um dos temas debatidos a partir de segunda-feira no 6º Congresso Brasileiro Médico e Jurídico da Saúde, que acontece em Vitória.

Entre os objetivos do congresso, que reunirá 900 profissionais de todo o País, entre juristas, médicos e profissionais da área, está a discussão de critérios para casos que chegam à Justiça e impactos na saúde pública e suplementar.

A coordenadora científica do

congresso e mestre em Políticas Públicas, Clenir Sani Avanza, afirmou que a questão da judicialização precisa ser debatida.

"Temos exageros em ambos os lados, assim como temos descaso com equipamentos de saúde, déficit orçamentário no financiamento da saúde pública, contratos não cumpridos da saúde suplementar. E esse congresso visa promover a discussão de forma apurada."

Clenir ainda ressaltou que, ao fim do congresso, será redigida uma carta que será entregue à Câmara dos Deputados e a pré-candidatos à Presidência da República alertando sobre os riscos de se fragilizar a rede de atenção básica do SUS.



A ESPECIALISTA Clenir Avanza considera que há exageros dos dois lados

AÇÕES NO ESTADO

Planos de saúde

PROCESSOS JULGADOS

1.208 2017

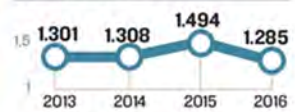
600* 2018

* Estimativa é até junho

MÉDIA POR DIA: três processos são julgados diariamente condenando as operadoras a garantir tratamentos a pacientes

Evolução

PLANOS DE SAÚDE



TOTAL DE AÇÕES AJUIZADAS

| ANO | Nº DE PROCESSO |
|------|----------------|
| 2013 | 1.675 |
| 2014 | 1.628 |
| 2015 | 1.438 |
| 2016 | 1.408 |
| 2017 | 1.139 |

Sistema Único de Saúde (SUS)

PROCESSOS JULGADOS

10.860 2017

7 mil* 2018

* Estimativa é até junho

MÉDIA POR DIA: 32 processos são julgados diariamente condenando o poder público a garantir tratamentos a pacientes.

Evolução

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)



Valores pagos no País (*)

R\$ 7 BILHÕES
foram os gastos do SUSR\$ 1 BILHÃO
foi o gasto no setor privado

* Quantia investida para cumprimento de ordens judiciais

Reportagem Especial

BRIGA PARA TER ATENDIMENTO

Estado gastou R\$ 107 milhões com processos

Com um volume de processos que aumentou mais de 300% nos últimos anos, o Estado gastou, em um ano, R\$ 107,7 milhões com demandas judiciais, principalmente por medicamentos e internações.

O secretário de Estado da Saúde, Ricardo de Oliveira, enfatizou que o impacto dessa judicialização é grande para a população como um todo, já que representa quase 15% do orçamento assistencial.

“Temos um volume crescente de demandas judiciais. Em cinco anos, o crescimento foi de 347%. Isso cria uma segunda porta no SUS. Mas o Judiciário não é porta para o serviço de saúde e isso não vai dar certo. A política pública tem o objetivo de atender a população, o coletivo, e o Judiciário analisa os casos um a um. É algo que precisamos resolver”.

Ele ressaltou que isso não ajuda o conjunto e a evolução das políticas públicas. “O que estamos gastando é quase o valor de um Hospital São Lucas que poderia estar sendo aplicado para melhorar o atendimento.”

O outro aspecto destacado pelo secretário é que isso criou uma insegurança jurídica nos cargos gerenciais da saúde.

“É uma insanidade o que está acontecendo em relação à gestão pública, com a penalização do gestor público muitas vezes nessas judicializações. Precisamos resolver isso para melhorar a prestação de serviço para a população. Estamos gastando muito tempo e recursos”, ressaltou.

ESTRUTURA

O secretário reconheceu, no entanto, que existem questões de falta de estrutura de prestação de



SECRETÁRIO RICARDO de Oliveira: número de ações cresceu 347%

serviço e que parte da judicialização é causada por dificuldades de acesso à saúde.

“Mesmo assim, existe em tudo isso uma certa irracionalidade, que foi reconhecida e que precisa ser resolvida. Nós temos um diálogo bom com o Tribunal de Justiça do Estado e, através desse diálogo, nós estamos evoluindo para che-

gar a um acordo para sair desse imbróglio em que todos nós nos metemos”.

Ricardo de Oliveira é um dos expositores do Congresso Médico e Jurídico, que acontece a partir de segunda-feira no Estado para debater o tema. Ele vai apresentar números da judicialização no Estado.

Bom senso ao procurar direitos

Assim como as dificuldades relatadas na rede pública com o crescente número de ações que chegam à Justiça, os planos de saúde também ressaltam que a judicialização é um dos grandes problemas enfrentados.

A Federação Nacional de Saúde Suplementar (Fenasau) frisou que recorrer à Justiça é direito de todos, mas há demandas que buscam obter vantagens que não estão na legislação e nos contratos.

“Muitas vezes, diante de um problema de saúde, o beneficiário pleiteia o fornecimento de um serviço que não foi contratado. O atendimento do pleito pela Justiça, em sede de liminar, beneficia apenas o indivíduo, onerando os demais beneficiários daquele plano, que irão pagar a conta”, informou a Federação em nota.

A Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge) ressaltou que o custo com a judicialização da saúde, tanto na esfera pública quanto privada, aumenta ano a ano e, somente em 2017, os gastos



ATENDIMENTO MÉDICO: judicialização aumenta ano a ano

do setor privado foram de algo em torno de R\$ 1 bilhão.

Frisou que países como Inglaterra, Alemanha, França e Canadá criaram metodologias para se estabelecer aquilo que é justo fornecer, partindo do princípio de que não é viável dar acesso irrestrito a tudo.

“Este cenário de judicialização da saúde não é interessante para ninguém: sociedade, consumidores e contribuintes, já que os preços das coberturas necessitam ser majorados para que todos esses novos ‘riscos’ criados sejam cobertos”, informou a Abramge.

Luta por aparelho para salvar vida de criança

Nos exemplos de quem busca soluções na Justiça para salvar vidas está a família da dona de casa Dayana Vieira Barbosa, de 32, e do marceneiro Ezequias da Silva de Jesus. Eles lutam para ter o direito de ver o pequeno Guilherme, de 1 ano e 3 meses, crescer com saúde.

Guilherme nasceu com uma doença rara, chamada Síndrome de Ondine, que faz com que ele pare de respirar quando dorme. Por causa disso, ele precisa de um aparelho respiratório.

Os pais chegaram a entrar com ação na Justiça para tentar a manutenção do ventilador mecânico que ganharam e o atendimento home care (em casa), com fisioterapia. As ações ainda estão tramitando, mas a família ainda não teve um resultado positivo.

Enquanto isso, os pais de Guilherme têm corrido contra o tempo, pois o aparelho respiratório que eles têm está há cerca de dois anos sem manutenção, o que deveria ter sido feito com seis meses de uso.

Agora, segundo Dayana, eles estão contando com a solidariedade de amigos e pessoas que quiserem colaborar com doações pela internet para comprar um novo ventilador mecânico para o pequeno, que custa R\$ 25 mil.

A mãe contou que desde que nasceu, Guilherme chegou a ficar

internado por 8 meses, já que sempre que dormia, sua respiração parava. “Ele foi diagnosticado quando tinha seis meses. Parei de trabalhar e, por oito meses, ficamos no hospital com ele.”

Há sete meses, no entanto, ele ganhou um ventilador usado e conseguiu ir para casa.

O aparelho, quando a criança dorme, tem que ser conectado ao respirador por meio da traqueostomia. Além disso, ele ainda se alimenta por uma sonda na barriga.

Apesar das limitações, a mãe contou que Guilherme leva uma vida normal. “Ele é alegre, levado, anda para todo lado. Mas se não tiver o aparelho, tenho medo dele dormir e não acordar mais”.

Segundo ela, com ajuda de amigos, a família ainda consegue o leite, que é sua única alimentação.

No Facebook, a luta de Guilherme também vem sendo contada na página Campanha Ajude o Gui.

“Ele é alegre, levado, anda para todo lado. Mas se não tiver o aparelho, tenho medo dele dormir e não acordar mais”

Dayana Vieira, 32, mãe de Guilherme



DAYANA busca aparelho novo que dê condições a Guilherme de respirar à noite

ANÁLISE

“Um dos grandes princípios é o direito à saúde”

Fabiano Cabral Dias, advogado especialista em Defesa do Consumidor



“A Constituição Federal garante o acesso ao Judiciário e a inviolabilidade à vida. Trata-se de uma garantia superior a subsistência com dignidade.”

Fortalecendo o princípio da dignidade humana, a Constituição Federal enumera direitos básicos e fundamentais, o que chamamos de mínimo existencial.

Assim, um dos grandes princípios é o direito à saúde.

Visando a manutenção de tais princípios, a Carta Magna prevê uma operação conjunta entre União, estados e municípios, juntamente com o Sistema Único de Saúde (SUS) para garantia dos princípios assimilados.

Ocorre que, em determinadas situações, a atuação do poder público em oferecer ao cidadão os princípios legais não alcança sua plenitude, oportunidade em que é preciso a intervenção da Justiça.

Muitas vezes, essa intervenção se faz necessária por meio do acionamento da Defensoria Pública ou por advogado constituído.

Importante ressaltar que seja por meio da Defensoria Pública ou pela atuação do advogado constituído, existe a necessidade de se fazer cumprir a legislação vigente, garantindo ao cidadão o suporte legal e jurídico garantido pela Constituição Federal, dentre eles o direito à saúde e à dignidade humana.”

ROUBOS EM VIANA

Ex-gerente facilitava assaltos aos Correios

Homem foi preso pela Polícia Federal, que não tem dúvidas de que ele participou dos crimes

Um funcionário dos Correios foi preso pela Polícia Federal na tarde de quarta-feira, em Cariacica. Ele é acusado de passar informações para assaltantes em pelo menos três roubos à agência dos Correios de Viana, ocorridos entre 2017 e 2018.

O homem, que não teve a identidade divulgada pela polícia, foi preso após cumprimento de mandado de busca e apreensão expedido pela Justiça Federal. De acordo com o delegado Lorenzo Espósito, da Polícia Federal, ele trabalhou como gerente na agência assaltada por um ano e há 15 dias tinha sido transferido para outra.

“Chegamos até ele após

uma prisão de dois assaltantes no dia 20 de junho. Na ocasião, houve troca de tiros, um deles foi baleado e os dois foram presos. Começamos a investigar e colher depoimentos dos detidos e confirmamos a participação de um dos funcionários dos Correios”, explicou.

O delegado completou que o funcionário tinha a função de passar informações importantes aos assaltantes, como os dias em que a agência tinha mais dinheiro, quando havia poucos funcionários ou quando não havia segurança. Ele é suspeito de facilitar assaltos que aconteceram em dezembro de 2017, além de março e junho de 2018. Após os roubos, ele ficava com uma parcela dos valores levados pelos criminosos.

Na casa do suspeito foram



Correios sofreram assaltos em 2017 e neste ano

encontrados 54 munições de calibre 380 e 38 e nove cédulas falsas de R\$ 100. Ele foi indiciado por falsificar notas de dinheiro. O crime tem pena de três a doze anos de prisão e multa. Ele também foi autuado por possuir ou

manter sob sua guarda mu

nição de uso permitido dentro de casa. A pena de um a três anos de prisão e multa. Agora, a polícia continua investigando a participação dele nos assaltos “Para a polícia, não há dúvida da participação. É a primeira vez que conseguimos

PERIGO

“Esse indivíduo colocava os próprios colegas em situação de risco. Em caso de confronto, um funcionário poderia ter sido baleado”

LORENZO ESPÓSITO
DELEGADO DA
POLÍCIA FEDERAL

prender um funcionário envolvido. Chama atenção porque a gente sempre fala das fragilidades dos Correios, mas esse indivíduo colocava os próprios colegas em situação de risco. Em caso de confronto, um funcionário poderia ter sido baleado”, lamentou o delegado. (Elis Carvalho)



DELEGADO FEDERAL LORENZO FONTES: investigações começaram após terceiro assalto em agência de Viana

Funcionário preso por roubos nos Correios

Ex-gerente foi detido em flagrante pela Polícia Federal. Ele é acusado de ajudar bandidos fornecendo informações da agência

Kananda Natielly

Um ex-gerente da agência dos Correios do município de Viana foi preso na tarde de quarta-feira, em Cariacica, acusado de fornecer informações para assaltantes em, pelo menos, três roubos à agência onde ele trabalhava nos anos de 2017 e 2018.

Segundo a Polícia Federal, que prendeu o acusado, o ex-gerente, que não teve a identidade revelada, foi detido durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão expedido pela Justiça Federal.

De acordo com a PF, o acusado foi flagrado com 54 munições de calibres 380 e 38, além de cédulas de R\$ 100 falsas.

O delegado federal, Lorenzo Fontes contou que as investigações tiveram início a partir do terceiro assalto ocorrido na agência, em junho deste ano, quando dois homens armados entraram no local e levaram todo o dinheiro da unidade.

“A agência já tinha sofrido dois assaltos, em março e dezembro de 2017, ainda na gestão dele. No terceiro assalto, começamos a investigar sua participação no crime e através dos próprios bandidos que contaram que ele os auxiliou, tivemos a certeza”, disse o delegado.

Segundo o delegado federal, Vinícius Venturini, que atendeu a ocorrência, o ex-gerente da agência de Viana colaborava com os bandidos com informações que facilitariam a ação dos criminosos.

“Ele passava informações sobre

a segurança do local. Quais os valores que tinham na agência, qual o melhor horário para agir. Tudo que facilitasse a ação dos criminosos”, disse.

O funcionário foi autuado no artigo 289 (falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica) combinado com Artigo 12 da Lei 10.826/2003 (possuir ou manter, sob sua guarda, arma de fogo, acessório ou munição, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou local de trabalho). Ele foi encaminhado ao sistema prisional.

Por meio de nota, os Correios informou que ainda não recebeu notificação da prisão do empregado e que assim que houver o comunicado oficial o contrato de trabalho dele será suspenso. A empresa informou ainda que, paralelamente, será aberto processo administrativo disciplinar, para apurar a conduta do empregado.

Polícia registra 29 ataques em 2018

Roubos, arrombamentos com furto de todo o dinheiro do cofre, nos finais de semana, e assaltos a carteiros. Essa é a realidade de algumas agências dos Correios, espalhadas pela Grande Vitória.

De acordo com a Polícia Federal, de janeiro a julho, deste ano, foram pelo menos 29 assaltos às agências.

“Os números são significativos, porque os Correios estão atuando como banco postal e daí ele passa a movimentar dinheiro. Entretanto, as agências não possuem o mesmo sistema de segurança dos bancos, por exemplo. É um fato alarmante”, disse o delegado federal Vinícius Venturini.



POLÍCIA Federal investiga ataques

O delegado federal Lorenzo Espósito apontou três tipos de crimes com incidência nas atividades dos Correios.

“O primeiro é o roubo a mão armada, onde os bandidos entram na agência e rendem as pessoas, levando dinheiros e algumas vezes, os pertences pessoais das vítimas.

O segundo é o crime de arrombamento, que é cometido, inclusive, nos finais de semana, onde os criminosos cortam cofres e levam todo o dinheiro.

O terceiro crime tem como vítimas os carteiros, que são abordados por bandidos durante as entregas e acabam sendo assaltados”, explicou o delegado.